

FARMÁCIA PORTUGUESA

229

A FORÇA DOS 40

Troca de seringas, genéricos e resistência à crise

A ARGÚCIA DOS 40

DIFARMA, Museu da Farmácia e os primeiros computadores

A TERNURA DOS 40

Uma revista sempre em construção e a melhorar com as farmácias



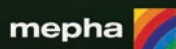
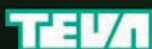
40 ANOS

MG

*Reconhece
esta Marca?*

PTGNRT/18/00203

UMA INICIATIVA:



COM O APOIO:



Farmácias
Portuguesas



CAMPANHA DA ORDEM
DOS FARMACÊUTICOS

JOÃO
CORDEIRO



Pedro Loureiro

UM REPTO

A revista Farmácia Portuguesa é, há 40 anos, ininterruptamente, um importante meio de comunicação da ANF. Apesar das profundas transformações ocorridas no sector da informação, a revista continua a ter uma função essencial no relacionamento da ANF com os seus associados e, de uma forma mais ampla, com todos aqueles que se interessam pelos temas da saúde.

A sua criação teve lugar num período muito difícil da vida do país e cedo se revelou necessária à defesa do projecto associativo. Até então, a comunicação associativa era feita exclusivamente através de circulares. Com o aprofundamento da vertente profissional das farmácias e a criação na ANF de departamentos de natureza profissional, a revista ganhou um novo impulso e uma nova finalidade. A sua função passou a ser muito importante na transmissão aos associados da visão da farmácia extraída das reuniões DIFARMA.

O sector precisava de uma perspectiva comum sobre o seu futuro e a revista teve um papel assinalável na construção desse desígnio. Simultaneamente, afirmou-se como um espaço aberto, dando voz a líderes de opinião, incluindo aqueles que tinham sobre o sector de farmácias uma concepção diferente da nossa. A revista Farmácia Portuguesa tem cumprido bem a sua missão.

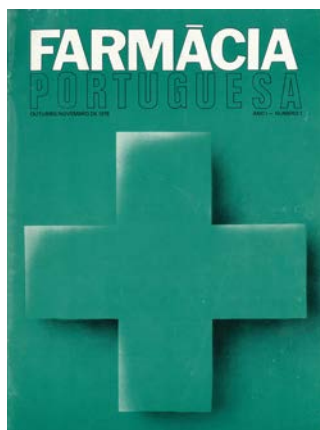
Aceitei, por isso, com muito gosto, o convite da Direcção da ANF para assumir simbolicamente a direcção deste número da revista, no ano em que comemora 40 anos de existência. Recordo com emoção os tempos em que a dirigi, em parceria com o nosso colega Guerreiro Gomes. Ele era verdadeiramente a alma da revista, que sempre dirigiu com grande autonomia e competência. Foram períodos de grande solidariedade e união entre os órgãos

associativos e as farmácias, indispensáveis à construção e defesa de uma visão doutrinária comum sobre o sector, com esmagadora adesão dos associados.

Estamos hoje numa fase muito difícil da vida das farmácias. O seu principal problema é o económico. O sector, com as margens de que actualmente dispõe, não é sustentável. E não foi apenas nem fundamentalmente a Troika que nos levou a esta situação. Foram os governos do país que nos trouxeram até aqui, esmagando arbitrariamente o sector em margens, preços e participações. Uma austeridade seis vezes superior à que nos pediram as instâncias financeiras internacionais.

E não há coragem política para enfrentar e resolver a situação. A margem das farmácias tem de ser revista, se quisermos que elas continuem a prestar assistência farmacêutica digna de um país europeu. As margens devem ser fixadas com o mesmo critério para todos os sectores do medicamento. O Estado tem o direito e o dever de escolher esse critério, mas uma vez escolhido deve aplicá-lo a todos os sectores.

Na situação actual, uns são filhos outros enteados. Uns têm uma margem aferida por países de referência, outros têm margem definida sem qualquer critério. A Direcção da ANF tem lutado arduamente para alterar a situação. E não podemos desistir enquanto não atingirmos uma situação de sustentabilidade para o sector. É neste enquadramento que a revista Farmácia Portuguesa pode também dar o seu contributo para a discussão e resolução do problema. Deixo, por isso, à direcção da revista os meus parabéns pela forma como tem conduzido a publicação e lanço-lhe o repto de uma intervenção determinada no tratamento do problema económico das farmácias portuguesas.

n.º 1
1978n.º 55
1989n.º 93
1995n.º 207
2014

- 5 QUATRO DÉCADAS A MUDAR SEM RUPTURAS
- 12 ACTIVIDADES DA DIFARMA
- 15 CONCLUSÕES DO 1.º CONGRESSO NACIONAL DAS FARMÁCIAS - INFORMÁTICA
- 18 «A REVISTA SEMPRE FOI UMA FERRAMENTA ESTRATÉGICA»
João Silveira
- 26 HISTÓRIA DA FARMÁCIA - APRESENTAÇÃO
- 28 O MONAF E A TRADIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA CLASSE FARMACÊUTICA
- 32 INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA A SENHORA MINISTRA DA SAÚDE
- 36 DIZ NÃO A UMA SERINGA EM SEGUNDA MÃO
- 39 PACTO NACIONAL SOBRE A ECONOMIA DO MEDICAMENTO
14 MEDIDAS PARA EVITAR A RUPTURA
- 40 A VOZ (GROSSA) DA ANF
- 48 EDITORIAL "HOMENS DE ESTADO"
- 50 LIBERALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE EM VIGOR
- 53 «A FASQUIA ESTÁ ALTA»
João Cordeiro, presidente da ANF em entrevista após a (re)eleição
- 56 «ESFORCEI-ME PARA DESEMPENHAR A MINHA ACTIVIDADE DE ACORDO COM O MEU TÍTULO»
Homenagem a Francisco Guerreiro Gomes
- 60 O PALCO ÀS FARMÁCIAS
- 68 FUTURO PASSA POR NOVOS PAPÉIS E NOVA REMUNERAÇÃO
Adalberto Campos Fernandes
- 70 OS RESISTENTES
- 77 SEXY AOS 40
- 81 PARA CÁ E PARA LÁ DO BALCÃO

QUATRO DÉCADAS A MUDAR SEM RUPTURAS

TEXTO: PAULO MARTINS

Não é exagero afirmar que a Farmácia Portuguesa nasceu da teimosia de duas personalidades que fazem parte da história da ANF. Luís Teodoro abandonara a liderança da organização há meia dúzia de meses quando, juntamente com João Silveira, apresentou o projecto à Direcção. «Não ficou muito entusiasmada, mas também não colocou entraves», revelará dez anos depois, em entrevista, o primeiro director. Ficou decidido que só avançaria se houvesse dinheiro, mas Teodoro não desistiu. A seus olhos, distribuir aos sócios cópias de acordos assinados pela Associação sabia a pouco. «E a nossa cultura profissional? Onde ficava?», questionou-se.

É ancorado nesta interrogação que sai o primeiro número, de Outubro-Novembro de 1978. O editorial fala em «renascimento», porque é recuperado o título da publicação institucional do extinto Grémio. «Pretendemos antes de mais servir, de forma didáctica e informativa, todos aqueles que exercem a actividade em torno da farmácia. Do laboratório de investigação ao balcão da farmácia», revela Luís Teodoro.

De facto, nos primórdios, a publicação é essencialmente técnico-científica, preenchendo uma lacuna sentida no sector, já que é a única do país com essas características. Porém, como o próprio director reconheceria, os colaboradores (Correia da Silva, Pires Rodrigues e Correia Alves, prestigiados docentes universitários de Farmácia, ou Barroso Coutinho, que escrevia sobre o mercado farmacêutico) não reflectiam o grupo profissional e os farmacêuticos de oficina sentiam necessidade de receber informação mas não de escrever na revista. Ainda assim, nesse período, só por uma vez a linha editorial sofre um desvio.

N OS PRIMÓRDIOS,
A REVISTA É
ESSENCIALMENTE TÉCNICO-
-CIENTÍFICA, ÚNICA NO SECTOR



O n.º 7, de 1980, não é apenas monotemático; é de texto único: um extenso estudo da ANF sobre um projecto de portaria destinada a alterar a metodologia de fixação de preços de medicamentos, que na realidade configura um parecer. Pela primeira vez, a Associação usa a revista para tomar posição sobre planos governamentais.

Por essa altura, Paulo Braz torna-se uma espécie de coordenador da Farmácia Portuguesa – quase na sombra, dada a saída efectiva de Teodoro. Com o DIFARMA (Departamento de Divulgação e Informação Farmacêutica, criado em 1979) a emergir, o noticiário das suas reuniões ocupa o espaço até então reservado a artigos traduzidos de publicações estrangeiras. A partir do n.º 10 (Novembro-Dezembro de 1980), a coordenação é mesmo confiada ao DIFARMA.

João Silveira, que exercia funções interinamente, passa em 1981 a director. No cargo até 1995, é recordista de longevidade. Inicialmente, só tem garantido o apoio da secretária, Fernanda Tavares, que trata da publicidade e da expedição para os associados. Em finais de 1984, o nome de Luís Matias, que acabara de sair da faculdade, passa a figurar na ficha técnica como responsável pelas Relações Públicas e a Publicidade. Com o tempo, tornar-se-á o principal operacional, acompanhando todas as fases, da produção à distribuição.

Volvidos 34 anos, Matias recorda a revista como «um veículo para podermos chegar a mais gente com conteúdos profissionais, mas também estratégicos para a ANF». Desses tempos, não esquece o carácter «*home-made*,

O DIFARMA, CRIADO EM 1979, ASSUMIU A COORDENAÇÃO DA FARMÁCIA PORTUGUESA A PARTIR DO ÚLTIMO NÚMERO DO ANO SEGUINTE

muito amador» e, sobretudo, o «tremendo entusiasmo» que causava. «Era um acontecimento de cada vez que saía. Nunca saía na data prevista, mas saía», diz, desfiando as estórias passadas na gráfica do senhor Balhau, no Dafundo, onde era executada a montagem, linha a linha. A forma como a revista evoluiu agrada-lhe? «Sim e não», responde Luís Matias, sublinhando a dupla vocação. «Teve o seu desenvolvimento, acompanhando as necessidades estratégicas e políticas da ANF. Não há dúvidas de que as opiniões veiculadas são as da Associação, mas sempre procurou ser um elemento agregador das farmácias».

A publicação, em 1982, do Plano Director de Informática, projecto-chave da ANF, revela em que medida a revista conquista espaço no seio da organização.



Luís Teodoro apostou na revista para desenvolver a cultura profissional

HERANÇA DO GRÉMIO

Ao ser relançada, em 1978, a Farmácia Portuguesa apresentou-se como 2.ª série da revista com o mesmo nome editada pelo Grémio Nacional das Farmácias (GNF) a partir de 1964. A classificação não é totalmente rigorosa, já que o organismo corporativo detivera entre 1940 e 1963 um boletim oficial – na realidade, um jornal.

A publicação dirigida por Almeida Nifo, presidente do GNF em exercício aquando do arranque e que posteriormente assumiu funções efetivas, deu-lhe continuidade. Prova disso é o facto de, embora com formato diferente, ter respeitado a numeração sequencial – o n.º 123 é datado de Janeiro-Fevereiro de 1964.

Anos mais tarde, em 1998, na edição especial comemorativa do 20.º aniversário da actual revista, Almeida Nifo revelaria que a aposta editorial terminou porque os dirigentes não tinham mãos a medir: «Os trabalhos da Direcção absorviam-nos quase totalmente». António de Macedo, Maria do Castelo e Américo Luís, entre outros dirigentes do Grémio, deram uma mãozinha, mas não foi suficiente.

Uma nova tentativa foi empreendida em 1970. Tratou-se do Boletim Informativo, polycopiado em papel de fraca qualidade. Saíram 51 edições da responsabilidade do Grémio, até Abril de 1974. Após a Revolução, foram distribuídas mais duas, ainda nesse ano, já produzidas sob a égide da ANF.

ALMEIDA NIFO PRESIDENTE DO GRÉMIO DIRIGIU REVISTA



A REVISTA EDITADA
PELO GRÉMIO NOS
ANOS 60 FOI A SEGUNDA
PUBLICAÇÃO OFICIAL
DO ORGANISMO



Maria Augusta Soares em actividade no CEDIME: «Soube de casos de médicos que estudaram farmacoterapia pela revista»

Francisco Guerreiro Gomes, que nesse ano é admitido como secretário-técnico, assume funções de coordenador executivo da Farmácia Portuguesa, que ensaia um modelo de profissionalização. São criadas secções para áreas específicas, como a formação contínua e a história da farmácia – esta sob coordenação de José Pedro Sousa Dias. Salgueiro Basso assina, em 1983, o primeiro artigo. No ano seguinte, avança a secção CEDIME Informação, a cargo de Maria Augusta Soares, directora-técnica do recém-criado Centro de Documentação e Informação de Medicamentos. Os associados da ANF passam a ter acesso a informação sobre medicamentos autorizados, retirados ou que entram no mercado.

A informação técnica juntou-se, assim, à estritamente profissional. Como reconhece Maria Augusta Soares, a Farmácia Portuguesa funcionava como complemento do CEDIME. «Não havia Internet, as pessoas não tinham onde pesquisar informação», diz, sublinhando as vantagens de proporcionar aos farmacêuticos a oportunidade de reverem e actualizarem conhecimentos. Estando permanentemente focada nessa preocupação, os artigos que propunha eram aceites, sem pestanejar. Tão exaustivos quanto cientificamente rigorosos, extravasavam as fronteiras da farmácia. «Soube de casos de médicos que estudaram

farmacoterapia pela revista», afirma, com indisfarçável orgulho, Maria Augusta Soares, que mais tarde asseguraria, também, a secção de Farmácia Clínica.

O editorial torna-se permanente a partir do n.º 28, de 1984, integralmente dedicado à Farmácia Clínica. Dois anos depois, no n.º 38, há um sabor de euforia impresso nas páginas: «E finalmente, a CEE aí está!...». Trata-se, tão só, do título do cartune de Eduardo Perestrelo, caricaturista amigo de Guerreiro Gomes, que colaboraria na revista durante mais de duas décadas, mas sinaliza a mudança: as medidas da CEE/ União Europeia com impacto no sector tornam-se notícia.

«O cartoon marcou um tempo curto, mas suficiente para ficar na memória de todos nós», observa Luís Matias. Sobre Perestrelo, que também João Silveira evoca em entrevista nesta edição (ler págs. 18 a 24), nota que «era um criativo malandro, que nunca acertava à primeira e ia exagerando um pouco. Não sabendo nada de farmácia, conseguia traduzir a interpretação política dos factos».

As capas, que até então repetiam monocordicamente

o logótipo ou a imagem da sede da Associação, ganham cor e vivacidade, graças ao talento de António Girão. Gráfico que já leva anos no batente, é ele quem concebe o logótipo do I Simpósio Internacional de Farmácia Clínica. Publicado pela primeira

O EDITORIAL TORNA-SE
PERMANENTE A PARTIR
DO N.º 28, DE 1984



Pedro Loureiro

«Era um acontecimento de cada vez que a revista saía», recorda Luís Matias

PERESTRELO
«ERA UM
CRIATIVO MALANDRECO,
QUE NUNCA ACERTAVA
À PRIMEIRA E IA
EXAGERANDO UM POUCO»

vez no n.º 28, fixa a ideia de que o medicamento passa da mão do farmacêutico para a do doente. Doravante, será usado pela Associação sempre que aborda o tema.

Eleitos em Junho de 1995, João Silveira assume funções de bastonário da Ordem dos Farmacêuticos e Guerreiro Gomes de presidente da Secção Regional de Lisboa. Ambos saem da Direcção da ANF e, evidentemente, do seu órgão oficial de comunicação. João Cordeiro toma o lugar de director da revista a partir do n.º 93. O editorial da equipa cessante assinala o facto de sob o guarda-chuva das Publicações Farmácia Portuguesa também se abrigarem então os boletins CEDIME, LEF e Medicamento, e História e Sociedade. No texto, com o título "Também a revista pode mudar. Aproveitemos agora!", Silveira e Gomes recusam «dar aos que ficam e aos que nos substituem um programa que os obrigue a prolongar as características que ela [a revista] adquiriu connosco».

Cordeiro não introduz, no imediato, grandes mudanças – permanece, por exemplo, a rubrica Informação Terapêutica, da lavra de especialistas. Todavia, os tempos estão a mudar no país – acaba o longo consulado de Cavaco Silva; António Guterres ascende à chefia do Governo – e a ANF procura influenciar os protagonistas do novo ciclo em matéria de política do medicamento. Concentrada na mesma pessoa a presidência da Associação e a direcção da Farmácia Portuguesa, esta adquire, como veremos, um verdadeiro

perfil institucional, divulgando as posições da Associação e a sua actividade, cada vez mais diversificada: campanhas, programas em que se envolve a si ou à rede de farmácias, iniciativas dos departamentos, a consolidação do universo empresarial. Sem perder de vista a vertente profissional, também através de uma rubrica sobre legislação, entretanto criada.

Será necessário esperar pelo ano de 2012 para assistir a um novo virar de página, porque o período de liderança de Guerreiro Gomes, iniciado em 2005, manteve intacta a filosofia da revista. Maria da Luz Sequeira desloca progressivamente o foco para os farmacêuticos. Disso falaremos nas páginas 60 a 65. ❖



ACTIVIDADES DA DIFARMA

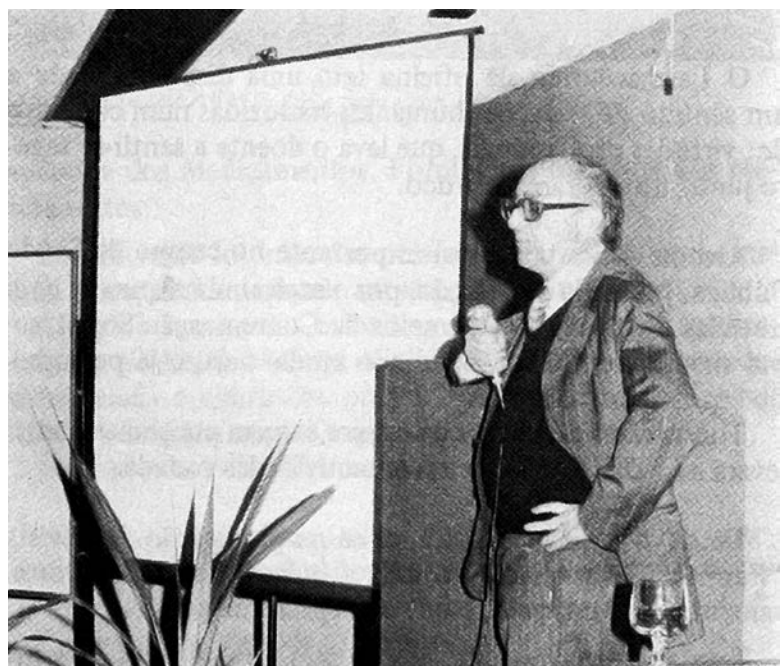
A Direcção da ANF, conforme anunciou na altura, criou o Departamento de Divulgação e Informação Farmacêutica, cujos objectivos fundamentais convergem para a informação técnica e científica, a farmacovigilância e a racionalização da gestão da farmácia de oficina. No panorama das actividades iniciais da DIFARMA estão a realização durante o ano de 1980 de reuniões de debate sobre farmácia de oficina e a divulgação de documentação nas nossas páginas. Também a nossa actividade editorial como órgão da ANF irá ser coordenada pela DIFARMA.

Sobre a realização de reuniões de debate sobre farmácia de oficina decorreu já, com assinalável êxito, a primeira desta série de reuniões. O programa iniciou-se com uma introdução a cargo da DIFARMA, cujo texto publicamos nesta edição, tendo-se seguido a intervenção do prof. Andresen Leitão sobre "Bases de uma classificação Terapêutica dos Medicamentos".

Após discussão em mesas-redondas de pequenos grupos, houve um debate geral sobre a problemática exposta pelo prof. Andresen Leitão antes do "Tempo Klorane Bebê", em que a Dra. Jany Dargassies dissertou sobre "Estudos Farmacológicos, Toxicológicos e de Tolerância Clínica" e o Eng. Alain Ricard apresentou os produtos Klorane para Bebê.

A DIFARMA constitui um dos Departamentos da Associação Nacional das Farmácias, encarregado da

Divulgação e Informação Farmacêutica. Desde há muito tempo que se sentia a necessidade de criar um departamento que informasse um vasto campo da actividade da farmácia de oficina, no tocante à parte técnico-científica. Por força de diversos problemas a cargo de colegas, acumulando já outras actividades e, portanto, sobrecarregados, isso tornou-se mais premente. O impulso inicial dado por um grupo restrito de farmacêuticos teve o apoio imediato da Direcção da Associação Nacional das Farmácias.



Intervenção do prof. Andresen Leitão abordou a classificação terapêutica dos medicamentos

Como se sabe, o constante lançamento no mercado farmacêutico de novos medicamentos obriga a uma formação científica capaz de acompanhar a evolução dos mais variados campos da terapêutica. O farmacêutico de oficina continua a preocupar-se com um vasto sector de medicamentos, por vezes relegados para segundo plano, mas que na realidade se mantêm actualizados, o que faz incluí-los nos suplementos à Farmacopeia Portuguesa, no Formulário Galénico Nacional, ou mesmo no Formulário Nacional de Medicamentos.

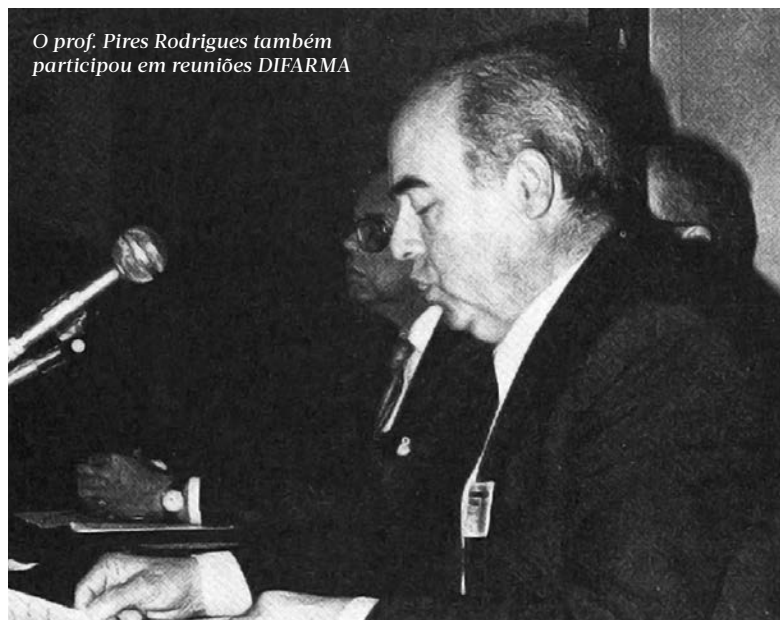
O farmacêutico da farmácia de oficina constitui, assim, um ponto de convergência de todos os fabricantes pontuais, que lhe enviam os seus preparados, oriundos dos mais diversos quadrantes científicos, por vezes marcadamente activos ou com pouca informação, levando os doentes a concluir que se trata de medicamentos sem importância e de fácil toma. A porta da farmácia é fácil de transpor e o farmacêutico, dando conselhos preciosos, leva o doente a achar tudo natural, mesmo que isso não seja fácil e rápido noutros locais.

O farmacêutico de oficina tem uma disponibilidade e um sentido de relações humanas traduzidas num conjunto de virtudes profissionais que levam o doente a sentir-se bem. Assume assim um papel importante no campo da Saúde Pública, junto da população.

Todos estes casos, e outros que surgem constantemente, levarão a DIFARMA a exercer actividades variadas. Desde já, a principal traduz-se na publicação da revista Farmácia Portuguesa, enviada a todas as farmácias e futuramente aos centros de saúde e hospitais do país. Tem sido através dela que se tem estabelecido uma informação junto dos farmacêuticos em geral e especialmente aos mais ligados à farmácia de oficina. A revista é, por isso, uma realidade,

**A REVISTA É UMA
REALIDADE, MAS A SUA
QUALIDADE NÃO ATINGIU
AINDA O IDEAL.
ATRAVÉS DA DIFARMA
TODAS AS LACUNAS
SERÃO PREENCHIDAS**

O prof. Pires Rodrigues também participou em reuniões DIFARMA



mas consideramos que a sua qualidade não atingiu ainda o ideal. No entanto pensamos que através da DIFARMA todas as lacunas serão preenchidas. Para isso precisamos da crítica e colaboração das farmácias.

A DIFARMA tem estabelecido contactos com organismos estrangeiros, no intuito de ampliar os seus campos de acção, quer adquirindo conhecimentos ou recolhendo informações, quer fazendo permutas.

Outros campos de actividade da DIFARMA são:

- 1) Criação de um centro de informação sobre medicamentos e de Gestão Farmacêutica.
- 2) Realização de Palestras e reuniões de interesse.
- 3) Criação de um serviço de Farmacovigilância, que no futuro poderá transformar-se num Centro Nacional de Farmacovigilância com a colaboração dos farmacêuticos ligados à farmácia de oficina e à farmácia hospitalar. A colaboração dos farmacêuticos hospitalares será necessária, uma vez que as duas farmácias se encontram enquadradas no mesmo diploma recente de licenciados em Ciências Farmacêuticas, na opção de Farmácia de Oficina e Hospitalar. Compete agora às Faculdades de Farmácia prepararem os seus licenciados capazmente, de modo a entrarem na prática da farmácia sem complexos nem inferioridades. Que termine de vez a deficiente preparação universitária neste sector.

O farmacêutico é especialista do medicamento. Contribui largamente para a sua criação, pela formação que tem nos ramos da Química: integrado em equipas de cientistas, estuda-o sob o ponto de vista Físico-químico, Biológico, Farmacodinâmico, Toxicológico e Analítico. Entrega-o ao médico para ensaios clínicos e finalmente entrega-o ao doente, como atributo do seu saber, e por isso não vemos quem melhor o poderá substituir.

Também aqui a DIFARMA poderá actuar eficazmente. Para o bom desempenho destas actividades, a DIFARMA procurará a colaboração de todos os colegas disponíveis, ou pessoas consideradas válidas, além de entidades que possam contribuir para a concretização dos objectivos propostos.

Feita esta breve introdução sobre a jovem DIFARMA, resta-nos explicar as razões da escolha da 1.ª reunião. Constará do Formulário Nacional de Medicamentos, considerando as bases da classificação e a Terapêutica. A publicação do Formulário Nacional dos Medicamentos e o papel que pode desempenhar no seu estudo e classificação já foi realçada, em devido tempo, pela Associação

Nacional das Farmácias, aconselhando os farmacêuticos de oficina a possuí-lo.

Dentro das orientações expostas, o sr. prof. Andresen Leitão – da Faculdade de Medicina de Lisboa – foi convidado a desenvolver o tema "Bases de uma classificação Terapêutica dos Medicamentos. Formulário Nacional dos Medicamentos". Conside-

ramo-lo uma das pessoas mais válidas nesta matéria, como aliás é realçado no seu curriculum vitae. Além de numerosos trabalhos publicados sobre medicamentos, já desde 1949 se encontra ligado ao seu estudo, pertencendo a comissões oficiais, por

indicação da Faculdade de Medicina ou da Ordem dos Médicos. Destacamos a sua intervenção:

- No Formulário Hospitalar Nacional de Medicamentos;
- Na Comissão Técnica dos Novos Medicamentos;
- Na publicação "Tratamento das Intoxicações Agudas", que todas as farmácias possuem;
- Como presidente da Comissão das Listas Complementares do Formulário Nacional de Medicamentos. ::

O FARMACÊUTICO É ESPECIALISTA DO MEDICAMENTO. CONTRIBUI PARA A SUA CRIAÇÃO

A DIFARMA procurará a colaboração de todos os colegas disponíveis



CONCLUSÕES DO 1.º CONGRESSO NACIONAL DAS FARMÁCIAS – INFORMÁTICA

RELATOR: **DR. JOÃO GONÇALVES DA SILVEIRA**

Presidente da Comissão Organizadora

Vou proceder à leitura das conclusões do 1.º Congresso da Associação Nacional das Farmácias.

Quanto ao papel do farmacêutico no domínio da Saúde Pública:

1. Numa sociedade evoluída, o papel do farmacêutico é cada vez mais necessário à Saúde Pública.
2. Os seus campos de acção têm-se alargado sucessivamente.
3. No campo da indústria, como especialista do medicamento, desempenha papel de relevo na investigação de novos fármacos e no estudo da actividade farmacológica dos medicamentos.
4. Quanto ao farmacêutico de oficina, conclui-se que a sua função se transformou totalmente já no decurso deste século. Passou a dispensar não só medicamentos, mas também conhecimentos sobre os mesmos, a sua composição, possíveis interacções medicamento-sas, etc. Deixou de ser o técnico manipulador para se transformar em conselheiro do doente e do médico, na sua qualidade de técnico do medicamento.
5. Esta evolução deverá ser acompanhada por uma progressiva especialização na farmácia de oficina.
6. No campo ecológico, os aspectos negativos do desenvolvimento industrial bem como a necessidade de um controlo sanitário cada vez mais amplo aconselham à especialização do ensino universitário.



Quanto à legislação farmacêutica:

7. A legislação farmacêutica portuguesa é de uma forma geral correcta, acompanhando nos aspectos fundamentais as características das legislações dos países da Europa Ocidental.
8. O condicionamento que os países europeus adoptam, quanto à propriedade e abertura de farmácias, resulta da supremacia dos aspectos técnico-sanitários, deontológicos e de ética profissional sobre os meramente económicos.
9. Os argumentos que têm sido invocados a favor daquilo que se designa como «liberalização das farmácias» nada têm a ver com aspectos técnico-científicos, nem com a função da farmácia.
10. O condicionamento da abertura é exigido, por um lado, pela consideração elementar de que a farmácia é um estabelecimento de saúde pública, sendo necessário garantir-lhe condições de funcionamento e rentabilidade e, pelo outro, como forma de conseguir uma distribuição equilibrada das farmácias pelo país.
11. A liberalização conduziria a uma progressiva e substancial valorização do vector comercial da farmácia.
12. Em Portugal, o número de farmácias é mais que suficiente para a satisfação das necessidades. A capitação real é muito inferior à legalmente estabelecida, que é uma das mais baixas da Europa. Por isso, as transferências deverão ter prioridade sobre os pedidos de abertura.
13. A liberalização conduziria inevitavelmente a uma concentração e não a uma melhor cobertura do país em farmácias.
14. Deverão ser combatidas e punidas as falsas propriedades.
15. Em caso de infracção à legislação, deverá ser permitida a instalação de nova farmácia, com a concordância prévia da Ordem dos Farmacêuticos e da Associação Nacional das Farmácias.
16. Simultaneamente, deverão ser tomadas medidas no sentido de fomentar a presença do farmacêutico na farmácia de oficina.
17. Deve caminhar-se, progressivamente, no sentido de que todos os trabalhadores na farmácia sejam farmacêuticos.
18. A capitação e distância deverão ser alteradas para oito mil habitantes e 500 metros, respectivamente.

19. A iniciativa de abertura de farmácias deverá pertencer às administrações distritais dos serviços de saúde.

20. Quanto aos postos farmacêuticos, só deverão poder funcionar com a presença efectiva de um farmacêutico; deve ser obrigatório o seu encerramento sempre que seja instalada no local uma farmácia.

Quanto às carências legislativas:

21. O farmacêutico deve ser autorizado a dispensar produtos similares, quando não tenha em stock os constantes da receita, como forma de evitar problemas no abastecimento.
22. Devem ser urgentemente normalizadas as receitas médicas, definindo-se por via regulamentar o seu formato, conteúdo e validade.

Quanto à distribuição dos produtos de veterinária em Portugal:

23. A distribuição de produtos de veterinária está um verdadeiro caos. O problema assume especial relevância nos meios rurais. Tais medicamentos, por lei de distribuição exclusiva através da farmácia, são vendidos de qualquer forma. O Estado deve fazer cumprir a lei.
24. Ao médico veterinário cabe diagnosticar e prescrever o medicamento. A farmácia é o único meio idóneo para entrega do medicamento. Quem prescreve o medicamento não deve, simultaneamente, distribuí-lo.

Quanto aos produtos de venda exclusiva nas farmácias:

25. Dado que o farmacêutico director-técnico é legalmente responsável pelo fornecimento de medicamentos e substâncias medicamentosas, ele deverá dispor de meios auxiliares que lhe permitam assumir efectivamente tal responsabilidade.
26. Assiste-se cada vez com maior frequência à utilização abusiva pelos produtos do nome e da imagem de qualidade da farmácia, à qual não corresponde uma garantia paralela da qualidade dos produtos.
27. É preciso pôr termo a esta situação, criando estruturas que permitam ao farmacêutico garantir a qualidade dos produtos. De entre

elas, reveste especial importância a criação de um Laboratório de Controle de qualidade dos medicamentos e produtos de parafarmácia.

28. Quanto aos produtos de parafarmácia, deverá criar-se um selo de garantia de qualidade, a utilizar nos casos de distribuição exclusiva através da farmácia.

Quanto à dermofarmácia:

29. Deve desenvolver-se acordos entre fabricantes de produtos dermofarmacêuticos e associações farmacêuticas, sobre a exclusividade na distribuição e as garantias de qualidade.

Sobre a fiscalidade e a farmácia de oficina:

30. As farmácias devem dedicar cada vez mais atenção aos aspectos contabilísticos da gestão.
31. A introdução obrigatória do imposto sobre o valor acrescentado, com a adesão de Portugal à CEE, deve prever a aplicação às farmácias do regime especial de *franchise*.
32. Em alternativa, os produtos de venda exclusiva na farmácia devem ficar isentos do IVA ou fazer incidir sobre eles a taxa zero.
33. A aplicação do IVA a bens de primeiríssima necessidade, como os medicamentos, afigura-se um contra-senso.
34. As farmácias portuguesas rejeitam liminarmente essa aplicação, porque dela resultaria a redução da sua margem de comercialização.
35. A nível europeu, considera-se que a margem mínima da farmácia deve situar-se entre 30 e 40%.
36. Considera-se da maior urgência que as farmácias em nome individual sejam equiparadas às sociedades para efeitos de tributação em imposto complementar.

Por último, quanto ao Plano Director de Informática (PDI), tema central deste congresso, concluiu-se que:

37. O Plano Director de Informática da ANF é uma consequência lógica da irreversibilidade da utilização dos meios informáticos como instrumento de gestão.
38. A sua implementação pressupõe a informatização global do sector de saúde. Cabe, por isso, ao poder político a decisão de globalizar o sistema.

39. A informatização permitirá espectaculares vantagens para o público, o Estado e as farmácias. Ninguém contesta a necessidade de informatizar o sector de saúde, tarefa inadiável.
40. O PDI permitirá racionalizar, normalizar e automatizar os procedimentos administrativos nas relações utente-farmácia-ANF-entidades participantes.
41. Elimina perturbações financeiras nas relações farmácia-entidades participantes.
42. Moderniza as técnicas de gestão da farmácia de oficina, através da informatização de múltiplos aspectos em diferentes áreas de gestão.
43. Facultará um manancial de informação estatística indispensável à definição de uma política nacional do medicamento.
44. Com o PDI, será possível prever e controlar correctamente o consumo de medicamentos.
45. Finalmente, será possível a exploração de um Banco de Dados Farmacêuticos. ❖❖



JOÃO
SILVEIRA

«A REVISTA
SEMPRE FOI
UMA FERRAMENTA
ESTRATÉGICA»

ENTREVISTA: PAULO MARTINS
FOTOGRAFIA: PEDRO LOUREIRO



REVISTA FARMÁCIA PORTUGUESA (RFP): Foi o director da Farmácia Portuguesa com maior longevidade no cargo – quase 15 anos. Qual foi a sua primeira preocupação quando em 1981 tomou conta da revista?

JOÃO SILVEIRA (JS): A revista tem a ver com a DIFARMA, que teve uma função importante. Era um grupo informal dentro da Associação. Naquele período pós-25 de Abril, a Associação estava preocupada com questões de ordem política e económica, de sustentabilidade da farmácia. O grupo de jovens que foi para a Direcção da Associação tinha a ideia de desenvolver a vertente profissional, de modernização da farmácia e intervenção profissional. A DIFARMA surgiu exactamente para pensar nestes assuntos. Tratava-se de procurar soluções no exterior, sobretudo na Europa, de aprender com os melhores, para adaptar a Portugal. Estava em causa a questão da formação e a promoção de simpósios e congressos – o primeiro congresso da ANF é organizado pela DIFARMA. A DIFARMA é que coordenava a revista. No seio da DIFARMA, pensávamos que devíamos recuperar a Farmácia Portuguesa, do Grémio, que era quase de fotocópias, produzida a *stencil*, numa revista propriamente dita. O primeiro director nem fui eu, foi o dr. Luís Teodoro.

RFP: Na altura, a perspectiva era profissional. Isto é, uma revista dirigida a farmacêuticos.

JS: Sim. No seio deste ambiente DIFARMA, de inovação, um órgão de comunicação fazia todo o sentido para transmitir as novidades, ter algum efeito pedagógico e de formação. E também publicar notícias do que é que se ia fazendo na Associação. Este era o objectivo da revista, e continua a ser de certo modo, apesar de ao longo do tempo o perfil ir mudando. Tinha uma vertente inicial bem mais profissional do que política.

RFP: Quando o dr. João Cordeiro assumiu funções de director, tornou-se mais...

JS: Tornou-se mais política e menos técnica, menos profissional, menos pedagógica. Qual era o nosso objectivo? Era melhorar a prática profissional, trazer os farmacêuticos para a farmácia e contribuir para que se sentissem realizados. Termos uma intervenção do ponto de vista de saúde pública e de melhoria dos serviços a prestar aos doentes, na nossa área, terapêutica e não só. Era isto que queríamos – na formação, nos simpósios, nos encontros DIFARMA, na revista. A revista sempre foi uma ferramenta estratégica.

RFP: Por isso é que, consigo a director, a própria equipa – estou a falar da equipa que produzia a revista – começou a ser mais profissional.

JS: Comecei por ser director numa base amadora, tal como nos simpósios e nos congressos. Quem tratava dos textos, das aberturas, o que é que se punha na revista, as fotografias, éramos nós, eram os próprios farmacêuticos que andavam envolvidos na DIFARMA. «Deve ser este artigo, deve ser aquele assunto»... Não havia profissionalismo jornalístico. Para a impressão, nós é que íamos à tipografia, no Dafundo. Nós próprios é que íamos lá! «Eh pá, isto está mal, volta para trás, pára a máquina». Era feito desta maneira! Concebíamos, enviávamos para a tipografia, víamos as maquetes e, depois, quando começava a impressão, por razões de controlo de qualidade, íamos para lá ver a revista a sair. Era assim, artesanal, mas engraçadíssimo, com uma intervenção muito da época. Entretanto, as áreas de intervenção da DIFARMA profissionalizaram-se. Falámos num encontro DIFARMA sobre centros de informação do medicamento e, a seguir, constituímos o CEDIME. Fomos contratar farmacêuticos que sabiam da poda...

RFP: A actividade do CEDIME passa a ter expressão na revista.

JS: Sim, porque a revista era uma *umbrella* de comunicação. Praticamente em simultâneo, arranca dentro da Associação a formação contínua. Era preciso renovar a formação dos farmacêuticos e redirigi-la para um determinado tipo de actividade, nomeadamente a farmacoterapia. Arrancam os cursos de farmácia clínica, de nutrição, enfim, uma série deles, de raiz. Um colega nosso, o dr. Guerreiro Gomes, proveniente da indústria, vem trabalhar para a Associação a *full-time*, para montar a formação contínua. A actividade destes dois departamentos – CEDIME e formação contínua – obviamente que se reflecte...

RFP: Na *umbrella*, como disse.

JS: Na revista, claro. O dr. Guerreiro Gomes, enquanto responsável da área profissional, assume também a responsabilidade de gerir a revista. Todo o processo de elaboração passa a ser coordenado por ele em termos executivos. Entretanto, o CEDIME vai-se envolvendo na área profissional de formação contínua e noutras áreas de intervenção, vai crescendo. Junta-se ao dr. Guerreiro Gomes o dr. Luís Matias, que teve acções muito importantes em toda a área profissional

da Associação e, depois, passou também a intervir na gestão e produção da revista, do ponto de vista de conteúdo e gráfico.

RFP: Um dos aspectos interessantes é a evolução das capas, que começaram por ser monocórdicas, com a fotografia da sede da Associação e depois se tornaram mais temáticas. Isso correspondeu a algum objectivo?

JS: Nós vivíamos num andarzito na Almirante Reis. Depois, comprámos o andar em frente, mais tarde uma sede no Príncipe Real – fotografia na capa. Depois, uma sede no Porto – fotografia na capa. O mesmo em relação a Coimbra. Isto, do ponto de vista corporativo, institucional, era importante, para darmos visibilidade à Associação. Depois, as capas começaram a ser mais temáticas, não é? Ligadas a determinado tipo de actividades. É a evolução natural.

RFP: Dessa evolução fazem parte também as ilustrações de Eduardo Perestrelo. Uma delas, no n.º 38, de 1986, é sobre o momento da entrada de Portugal na CEE. A partir daí, a revista passa naturalmente a dar bastante atenção às questões comunitárias.

JS: Foi uma fase muito interessante da revista, a da integração europeia. Nós também estávamos nessa.

Nós, os espanhóis e os gregos entrámos logo no Grupo Farmacêutico da União Europeia (PGEU), para membros observadores. Quando a adesão foi formalizada, passámos a membros efectivos dessa associação, da qual eu fui presidente e o dr. Luís Matias também. A partir daí – repare que as pessoas envolvidas, por parte da ANF, sou eu e o dr. Luís Matias, como secretário-técnico com o pelouro das Relações Internacionais – passámos a ser muito activos na União Europeia. Isso reflectiu-se na revista. Porque a adesão era fundamental, havia uma série de princípios, legislação, directivas, que tinham de ser observados. Passou a ser o nosso dia-a-dia, a nossa vida.

RFP: Deixe-me recuar um pouco. Em 1983, a revista passou a ter artigos sobre história da farmácia, numa secção coordenada por José Pedro Sousa Dias, que até se tornaria uma separata – Medicamento, História e Sociedade. Esta vertente extravasa o território da farmácia. É um pouco 'vamos alargar isto'...

JS: O prof. José Pedro Sousa Dias foi o primeiro na faculdade a fazer investigação na área da História – inclusive a doutorar-se. Tinha grande proximidade connosco e veio colaborar. Muito devido ao dr. Guerreiro Gomes, que está na origem do Museu da Farmácia. Passar a ser uma separata é um percurso que leva ao museu.





1 Jogo

Mais de 100 Participantes

Mais de 50 Equipas

10 Finalistas

1 Vencedora

GAME OF \$ARMA

GAME HAS COME

18 OUTUBRO, AUDITÓRIO IV
CENTRO DE CONGRESSOS DE LISBOA

Iniciativa:



Patrocínio:



Official Partner:



Apoios:



Media Partners:



www.netfarma.pt



facebook.com/FarmaciaDistribicao



twitter.com/Netfarma



Canal Netfarma.pt



[revistafd](https://www.instagram.com/revistafd)



Grupo Farmácia Distribuição



Quem mais valorizava a História, neste grupo executor da revista, era o dr. Guerreiro Gomes, que ligava com o prof. Sousa Dias. A ideia foi: isto não é só farmácia e vender medicamentos; temos uma história, queremos cultivar o património, o nosso espólio.

Falava há bocado dos *cartoons*. Queríamos publicar *cartoons* a propósito do momento, político ou profissional. Tivemos noites engraçadíssimas de cogitação e elaboração do *cartoon*! Quem eram os responsáveis pelos *cartoons*? O Perestrelo, que ouvia e fazia o 'boneco'; o dr. Guerreiro Gomes; o dr. Luís Matias e eu. Normalmente, reuníamos à noite, depois de a revista estar estruturada. Íamos jantar a casa do dr. Guerreiro Gomes ou encontrávamo-nos à noite, depois de jantar. Um ia com as ideias feitas – «acho que o *cartoon* deve ser isto». Era o dr. Guerreiro Gomes, o único que já tinha ideias sobre o *cartoon*.

RFP: E partiam pedra...

JS: Raramente a proposta inicial de *cartoon* era aquela que saía no fim. Penso que nunca aconteceu. Mas alguém tinha de dar o pontapé de saída para o *brainstorming*. O Perestrelo ouvia mais do que dizia. Ia absorvendo, para construir *cartoon*. Discutíamos

as coisas mais loucas! Lá para a meia-noite, tínhamos concebido o *cartoon* e já tínhamos um esquisso, feito pelo Perestrelo. Ou melhor: não era o *cartoon*, eram as notas que ele tomava, os 'bonecos', uma base.

RFP: Lembra-se do dia em que o dr. Guerreiro Gomes, que pelos vistos gostava de fazer brincadeiras e pregar partidas, foi a uma reunião da Direcção da ANF com uma revista impressa, que incluía um *cartoon* demolidor para a então ministra da Saúde, Leonor Beleza?

JS: Não era demolidor, não. Fizemos humor com aquilo! Esse episódio aconteceu com este grupo de que lhe estou a falar: o Guerreiro Gomes, o Luís Matias, eu e o Perestrelo.

RFP: Esse *cartoon* não chegou a sair...

JS: Esse não saiu, mas deu para fazer uma brincadeira giríssima. Exagerámos, até porque o *cartoon* tem de exagerar. Acho que o *cartoon* dava mais gozo a quem o fazia, que era este grupo, do que a quem o via no fim. Era nosso! Depois, os leitores gostavam ou não. Mas recordando a estória: decidimos pregar uma partida à Direcção, fazendo um *cartoon* que já não sei se também

QUAL ERA O NOSSO OBJECTIVO? MELHORAR A PRÁTICA PROFISSIONAL»

metia o Cordeiro. Foi uma coisa histórica! Agarrámos na revista, já feita, e conseguimos montar uma página com aquele *cartoon*, que nunca seria publicado. Antes de a revista ser distribuída, ia sempre à Direcção. Levámos um exemplar. Começaram a ver o *cartoon* e parou tudo. «Eh pá! Isto não pode sair». Respondemos: «Já foi distribuído, já está a caminho». Foi um pandemónio! O Cordeiro ficou à rasca.

RFP: Vocês prolongaram o *suspense*, como se o *cartoon* fosse para publicar...

JS: Não podiam ser só cinco minutos, vamos beber um café e pronto. Houve ali uns tempos desesperados, se calhar uma ou duas horas. Foi engraçadíssimo! Claro que a revista já estava preparada e o *cartoon* era outro.

RFP: Já que fala do relacionamento com a Direcção, recordo que em 1988, quando a revista fez dez anos, disse que a Direcção não intervinha directamente, embora o senhor fosse vice-presidente, e que chegou mesmo a recusar a publicação de textos solicitados por ela. Tem ideia disso?

JS: Não tenho, não. Vamos cá a ver: a revista emanava da Direcção. O responsável era eu. Quer como membro da Direcção da ANF, quer como director da revista, participava nas discussões. Sempre tivemos uma coisa muito boa na Direcção da Associação: era muito participativa e activa. Tínhamos discussões acesas, sobre os assuntos, as decisões a tomar e os caminhos a percorrer. Não sobre os aspectos estratégicos, mas os tácticos. Ou seja: o objectivo é este; como fazer. Havia discussões fortes, valentes! De tal maneira que eu uma vez, com uma brincadeira, fui parar à farmácia de um deles, que era próxima da sede da Associação. Puxou-se a cadeira no meio da discussão e acabei por sair lesionado. Foi ainda nos anos 70; estávamos na Almirante Reis. No seio da Direcção da ANF, todos nós

tínhamos alguma autonomia. Como director da revista, tinha responsabilidades, até legais, mas a revista destinava-se a dar suporte à política da Associação.

RFP: É em entrevista publicada na própria revista comemorativa do 10.º aniversário que afirma ter chegado a recusar a publicação de textos, embora reconhecesse legitimidade à Direcção para encarar a revista como complemento da sua actividade.

JS: Talvez tenha acontecido, mas não me lembro. Afinal, é como em qualquer órgão de comunicação social. Um jornal como o Expresso tem uma política, tem uma linha editorial, tem um director, tem um dono. O dono não interfere...

RFP: Não pode, legalmente, interferir...

JS: Formalmente, não interfere. Eu recusava-me a ser proprietário de um órgão em que não pudesse interferir, mas tudo bem. Há regras interessantes, há autonomia. Este princípio existe e aqui também existia. Se houver um problema qualquer do ponto de vista legal, ou um processo contra a revista, quem é que responde? O director e o proprietário. Nós respeitávamos esse princípio. Discutíamos muito na Direcção da ANF, mas depois da decisão, fazíamos. A partir do momento em que a decisão era tomada, a crítica, minha ou de outro dirigente, ficava lá dentro.

RFP: Essa maneira de funcionar confere mais eficácia à acção, obviamente.

JS: É disciplina e lealdade. Se faço parte de um grupo que segue um caminho com o qual não estou de acordo, subscrevo e responsabilizo-me ou vou-me embora. O que sempre aconteceu foram discussões à séria – a história da ANF é feita disso, de muita criatividade, muita discussão, muita reflexão, acordos e desacordos – mas, uma vez tomada a decisão, uma unidade extraordinária, junto dos associados, do poder político, da comunicação social. Um caminho assumido por toda a gente. Sempre foi assim. No caso da revista, se não estava de acordo com alguma abordagem – ou era radicalmente contra – manifestava-me: «Isso na revista não sai». Essa atitude era muito possível. Fazia parte, até, do respeito mútuo entre todos nós.

RFP: Eram uma equipa, mas cada um tinha o seu pelouro.

JS: O seu pelouro e a sua opinião. O pelouro sempre foi muito respeitado. ❧



HISTÓRIA DA FARMÁCIA

JOSÉ CARLOS SALGUEIRO BASSO

APRESENTAÇÃO

É com optimismo e expectativa que a Farmácia Portuguesa inclui algumas páginas daquilo a que pretensiosamente deseja chamar secção de História da Farmácia.

Quase tudo nos aconselha a evitar a tentação de dar este título ao espaço que a partir de hoje queremos reservar na nossa publicação. Não são conhecidos exemplos de investigação histórica que, pelo seu volume e persistência, permitam a uma revista de farmácia em Portugal assegurar a continuidade deste tipo de iniciativas. Não tem havido nos últimos anos grupos de estudiosos que se tenham dedicado de uma forma sistemática à pesquisa dos arquivos portugueses ou das colecções de objectos que quer o Estado quer os particulares vão recolhendo.

Não deixa, porém, de ser também verdade que entre nós a farmácia tem sido pretexto para a organização de pequenas colecções, que podemos admirar em algumas farmácias espalhadas pelo país, nos departamentos das nossas faculdades, nos museus nacionais de história ou de arte, colecções que por vezes se resumem a uma vitrine. Surgem de longe em longe artigos em revistas e comunicações a congressos, que nos levam a supor não estar o assunto tão esquecido como também se poderia pensar.

Pesando então estes factores de sinais contrários, resolvemos abrir esta secção. Estamos decididos a

preenchê-la com um conteúdo que simultaneamente eduque e distraia os nossos leitores.

Desde já convidamos a colaborar connosco todos aqueles que, fugindo à rotina, queiram enviar textos e fotografias que julguem poder interessar os assinantes da Farmácia Portuguesa, desde que se enquadrem numa perspectiva de análise da história da nossa actividade. Serão aceites textos até dez folhas modelo A4 dactilografadas a dois espaços. Por outro lado, só asseguramos a reprodução de fotografias a preto e branco.





A FARMÁCIA NOS MUSEUS

Se você passar por estas cidades, não perca a oportunidade de observar colecções de farmácia de uma rara qualidade.

LONDRES

**WELLCOME TO THE INSTITUTE FOR
THE HISTORY OF MEDICINE**

183 Euston Road, NW1

Parte das colecções deste museu foi transferida para o Museu da Ciência. No entanto, ainda ali se encontram cinco reconstituições de farmácias antigas, bem como documentos que descrevem a medicina não ocidental. O museu está dotado de uma boa biblioteca onde aqueles que possuírem dotes persuasivos podem adquirir fotografias ou slides das mesmas farmácias.

MUSEU DA CIÊNCIA

Exhibition Road, SW7

Num museu dedicado à história da ciência e da indústria, pode visitar uma secção dedicada à «arte de curar».

É particularmente notável a forma como os assuntos estão expostos ao visitante. A farmácia está aqui amplamente referida.

Pode ser visitado das 10 às 18 horas, todos os dias úteis, e das 14 e 30 às 18 horas, aos domingos. Fecha em certos dias feriados.

COPENHAGA

MUSEU DA HISTÓRIA DA MEDICINA

62, Bredgade

Funciona num edifício onde anteriormente estava sediado o Teatro Anatómico da Real Academia de Cirurgia. Está dividido em três secções de história de medicina, de odontologia e de farmácia.

Embora possamos encontrar objectos de toda a Europa, são naturalmente mais numerosas as reconstituições totais ou parciais de farmácias do Norte e Centro do nosso continente.

Está aberto todo o ano, às 3as., 5as. e domingos, das 11 às 14 horas.



O MONAF E A TRADIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA CLASSE FARMACÊUTICA

A. ALVES CAETANO

Consultor da ANF, responsável pela estruturação do MONAF.

Quis a Direcção da Associação Nacional das Farmácias conferir-me a honra de me designar como orador oficial desta celebração, o que, penhorado, agradeço. Aceitei-a porque me permite expressar a minha firme convicção nas virtualidades do mutualismo, na actualidade da sociedade portuguesa e, ainda, dar público testemunho de sentimentos de gratidão.

Terei sido o idealizador e principal artífice do MONAF, o montepio cuja constituição aqui nos reúne. Daí a escolha feita pela Direcção. Mas tem de ser referida, e publicamente agradecida, a preciosa colaboração, o auxílio inestimável que recebi de outros colegas consultores, amigos dedicados, o prof. dr. Rogério Fernandes Ferreira e o dr. Henrique Paulo Fernandes.

O sucesso que esta iniciativa possa ter muito deve, também, à extraordinária receptividade, estímulo

e apoio sempre recebidos da Direcção da ANF, em especial do seu presidente, dr. João Cordeiro, e do secretário-geral, dr. João Lopes Ribeiro.

No ano do sesquicentenário da Sociedade Farmacêutica Lusitana, e que, de certo modo, é também o do Montepio Farmacêutico, parece poder considerar-se como feliz coincidência que a ANF promova a criação de uma instituição que, qual Fénix renascida das próprias cinzas, possa agora, com mais perfeita organização e meios mais fecundos, constituir-se no grande marco de comemorações tão honrosas para esta classe.

Essa instituição é o MONAF-Montepio Nacional das Farmácias, Associação de Socorros Mútuos, cuja escritura de constituição todos V. Exas. quiseram honrar com a sua presença, na mesma data comemorativa da Restauração Liberal de Lisboa. Haveremos de ver aqui, também,

**ASSOCIAÇÃO ABERTA
À LIVRE INSCRIÇÃO
DOS PROPRIETÁRIOS
DE FARMÁCIA
E DE LICENCIADOS**

a restauração do mutualismo em Portugal, já que, se não estou em erro, as últimas associações de socorros mútuos terão sido constituídas nos anos trinta, vai para meio século!

A criação do MONAF constitui clara manifestação dos farmacêuticos de oficina de quererem depender unicamente de si próprios em domínios onde não tem lugar o condicionamento estatal. Com a sua instituição visa-se, através do pôr em comum recursos dos proprietários de farmácia de oficina, actuais e potenciais, para todos obterem condições de maior tranquilidade no enfrentar do futuro próprio e dos seus, alcançando também o robustecimento do sector.

O MONAF é uma associação aberta à livre inscrição dos proprietários de farmácia e de licenciados em Farmácia, com o propósito de dar satisfação às necessidades de protecção previdenciária e de financiamento para a aquisição e obras de beneficiação nos estabelecimentos.

Abrir a possibilidade de recém-licenciados, naturalmente carecidos do necessário capital próprio para empreender a abertura de uma farmácia, contratarem empréstimos com o montepio, só pode ser considerado importante para o revigoramento do sector. As finalidades previdenciárias são as que, em suplementação da Segurança Social, visam salvaguardar eventualidades durante a vida activa do sócio e decorrentes da época incerta do falecimento, além de lhe garantir reforma adequada ao seu padrão de vida.

Enquanto permanece em actividade, o sócio contribui, regularmente, para assegurar, em tempo oportuno, o conjunto de benefícios que pretende para si e para os seus dependentes. O MONAF irá iniciar as suas actividades proporcionando aos sócios um leque de benefícios suficientemente amplo para responder às preocupações de segurança do homem moderno.



Os planos de benefícios a submeter, em breve, à aprovação oficial, devidamente regulamentados e estruturados actuarialmente, comportam: reforma ou aposentação por prazo de contribuição e, também, por invalidez total, subsídio por falecimento do sócio ainda não reformado; pensão vitalícia para cônjuge sobrevivente, com reversão para filhos menores; pensão para filhos menores de 24 anos; pensão vitalícia para dependentes maiores totalmente inválidos e capitais de previdência a prazo, que podem beneficiar o próprio sócio ou seus dependentes.

Estes benefícios e as correspondentes quotizações dos sócios serão indexados, anualmente, por forma a acautelar a efectiva percepção, na época de concessão dos benefícios, das somas correspondentes, em

termos reais, ao que era pretendido no momento da inscrição nos planos.

A legislação estabelece que as associações de socorros mútuos aplicam os seus valores nas mesmas modalidades de caucionamento das provisões técnicas das companhias de seguros, ou seja, valores mobiliários portugueses e imobiliários localizados em Portugal. Tem de ser preocupação constante da política de investimentos de um montepio obter a mais elevada taxa global de rendimento para os seus activos, atentos parâmetros de segurança, face aos seus objectivos principais de conceder benefícios previdenciários, que se projectam até bem longe no tempo, e cuja outorga, atempada, importa sobremaneira acautelar.

Para tanto, os mercados do dinheiro, em Portugal, têm de ser reestruturados sem mais delongas. Não se pode ignorar, por mais tempo, o carácter fundamental do investimento e do papel a desempenhar na mobilização das correspondentes poupanças, por investidores institucionais, nomeadamente dos provenientes do sector que hoje se chama de Economia Social. O mercado primário de capitais tem de ser fortemente ampliado e democratizado, através de subscrições públicas, abertas ao público e a investidores institucionais. E as bolsas de valores têm de desempenhar um efectivo papel de local de encontro de empresas que procuram capitais e de investidores que desejam associar-se a firmas capazes de obter resultados seguros.

Um montepio como o MONAF irá, segundo é previsível, gerar recursos significativos, para os quais importa garantir, através de aplicações diversificadas, rendibilidade compatível com os compromissos

assumidos. Em termos financeiros, quer isto dizer que a taxa real de capitalização, ou seja, a que desconta a inflação, deve ser, no mínimo, correspondente aos 4% utilizados nos cálculos actuariais.

A força do associativismo mutualista, o cuidado nas correctas avaliações actuariais das populações a abranger, o escrúpulo na adopção de bases técnicas válidas no cálculo das contribuições ajustadas aos benefícios pretendidos, tudo isso não pode deparar com estrangulamentos nos mercados monetário e financeiro. Esse é o veemente apelo que as associações de socorros mútuos – porque julgamos poder não falar só por esta – fazem aos poderes constituídos.

Desculpem ter-me alongado em considerações que poderão ser tidas como excessivas, mas não consigo abandonar a frontalidade com que sempre gostei de tratar as questões, apenas com o intuito de encontrar soluções adequadas e sem querer melindrar ninguém.

Tudo é fruto do empolgamento com que acalento a esperança de o MONAF, pelo qual me cabe alguma responsabilidade, poder vir a constituir instituição de proa no mutualismo português. Ao sector de farmácias compete garantir o sucesso da iniciativa, através de ampla e entusiástica participação, de cuidadosa gestão dos gastos e de criteriosa aplicação dos seus recursos.

Os meus votos finais são os de que receba o merecido apoio de todos quantos detêm quota de responsabilidade na tomada de decisões que permitam a eficaz prossecução dos objectivos que, através desta associação, consubstanciam o exercício de efectivos direitos de cidadania. ❖



Constituição do MONAF reuniu apoio generalizado

E, finalmente, a CEE aí está!...



"APRE, QUE O VELHO DO RESTELO, AO PÉ DESTE INDIVÍDUO, PARECE UM ANJO ANUNCIADOR DE BOAS NOVAS!!"

NÓS LEMOS IN "BOLETIM INFORMATIVO DA ORDEM DOS FARMACÊUTICOS, Nº 1 DE 86

INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA A SENHORA MINISTRA DA SAÚDE*



Foi com a maior satisfação que aceitei o convite que me foi dirigido para estar presente na Sessão de Encerramento deste 2.º Congresso Nacional das Farmácias. Essa satisfação radica em várias ordens de motivações.

Desde logo, porque entre a Associação Nacional das Farmácias e o Ministério da Saúde tem sido possível estabelecer um diálogo e uma cooperação que, com o maior respeito pela natureza e campo próprio de actuação das instituições, se traduzem em resultados positivos palpáveis e no fim de contas em prestação de melhores serviços aos cidadãos. Em segundo lugar, porque considero da maior relevância que o tema fulcral deste congresso seja "A Farmácia

no ano 2000". Com efeito, a evolução que se perspectiva para os próximos anos, a mudança tecnológica vertiginosa e o significado do ano 2000, para quem aceita a proposta de desafio da Organização Mundial de Saúde, justificam plenamente que os farmacêuticos portugueses estejam atentos e interessados no mundo em transformação rápida em que vivemos. Em terceiro lugar, porque o sector das farmácias se mantém saudavelmente na iniciativa privada, apesar das tentativas explicitamente assumidas no passado para inverter a situação. Finalmente, assume um especial significado ter hoje à minha frente, tão largamente representado, um sector vital da prestação de cuidados de saúde, manifestamente empenhado

em assumir o papel que lhe cabe e as mudanças que se desenham.

Permitir-me-ão que aproveite a ocasião e a audiência para colocar algumas questões na perspectiva do Ministério da Saúde. Referirei, antes do mais, dois problemas de natureza completamente diferente, que têm em comum representarem zonas de actuação manifestamente insuficientes no passado e por isso merecerem atenção privilegiada no futuro. Trata-se do controlo da qualidade de medicamentos e da fiscalização do funcionamento das farmácias. Todos sabemos como o problema do controlo da qualidade tem sido tratado entre nós. A verificação do medicamento na sua globalidade é um processo muito complexo, que há-de permitir determinar, por exemplo, a capacidade de a substância activa actuar no local próprio e em proporções suficientes à resposta farmacológica esperada.

O Governo atribui uma altíssima prioridade a este problema, estando actualmente concluídos os estudos necessários e a preparação do instrumento jurídico que conduzirá à criação, até ao final deste ano, do centro do medicamento. Este ocupar-se-á do controlo de qualidade dos medicamentos, não só no momento da sua introdução no mercado, mas também durante a sua vida comercial.

Questão diferente, mas igualmente actual, é a da fiscalização das farmácias. Cabe à Administração Pública assegurar que a prestação de serviços à

população seja feita em boas condições, num domínio tão decisivo. Ora, persistem atitudes e práticas ilegais que obrigam nomeadamente o Ministério da Saúde a proceder a uma intensificação de esforços no sentido da total erradicação

de tais práticas. Assumo sem nenhum subterfúgio que tem sido largamente insuficiente a fiscalização praticada. E manifesto o meu apreço à entidade que representa as farmácias por sistematicamente assumir o papel incómodo e certamente não popular de reclamar mais fiscalização e melhor cumprimento das regras.

A reestruturação, em preparação, da Direcção-Geral dos Assuntos Farmacêuticos visa, entre outros objectivos, dotá-la dos instrumentos e meios necessários para este efeito. Estão também a ser preparadas acções de fiscalização em colaboração com as administrações regionais de saúde, através dos seus próprios farmacêuticos. Procurar-se-á reduzir ao

MINISTRA DEMONSTROU APREÇO PELA ENTIDADE QUE RECLAMAVA MAIS FISCALIZAÇÃO E CUMPRIMENTO DE REGRAS



«Manifesto aqui publicamente o meu propósito de introduzir genéricos», prometeu Leonor Beleza

mínimo possível as infracções graves e frequentes. Neste sentido, encontra-se em fase de aprovação um diploma que reformula, em parte, o Decreto-Lei n.º 48547, nomeadamente em tudo o que respeita à penalização para as infracções no exercício farmacêutico, e que introduz entre nós uma prática essencial para a defesa dos interesses dos cidadãos, que é a da identificação obrigatória do farmacêutico como tal.

A opinião pública foi há alguns meses bombardeada com toda a espécie de informações contraditórias sobre os medicamentos genéricos. A tomada de posição, entretanto, de várias entidades responsáveis nesta matéria terá certamente contribuído para que hoje o assunto esteja bastante menos dramatizado e os cidadãos portugueses informados do facto de que outros países, com uma larga prática de defesa intransigente da saúde pública e muito mais recursos do que o nosso, utilizem hoje largamente os genéricos. Estes são afinal medicamentos em relação aos quais o prazo de protecção da patente terminou e que podem por isso ser comercializados por outras entidades e por um preço mais baixo.

Manifesto aqui publicamente o meu propósito de introduzir genéricos e de permitir a sua venda pelas farmácias – são já largamente utilizados nos hospitais – ciente de que por essa via será possível não só diminuir, sem qualquer perda de qualidade, os custos dos medicamentos para os cidadãos e para o Estado – isto é, de novo para os cidadãos – como também contribuir para o reforço da indústria portuguesa de medicamentos, pela produção de genéricos.

Espero, sinceramente, que rapidamente e com segurança avancemos nesta matéria. Para esse avanço, é evidentemente decisivo podermos contar com um circuito institucionalizado de controlo da qualidade dos medicamentos, factor de segurança e tranquilidade para a população e de defesa da saúde pública. Esta é uma das razões que justifica a prudência posta neste processo. Compreender-se-á também, à luz do propósito da introdução de genéricos, a forma como encaramos as tentativas de modificação do prazo de duração das patentes.

Gostaria ainda de me referir a dois importantes assuntos.

Em primeiro lugar, desejo informar que Portugal aderiu em Julho à Farmacopeia Europeia. Éramos então o único país das Comunidades que ainda não o tinha feito e considero que se tratou de um passo



«AS FARMÁCIAS NÃO PODEM SER SIMPLES LOCAIS DE VENDA DE MEDICAMENTOS»

importante de uniformização de procedimentos e de garantia da qualidade. Em segundo lugar, quero lembrar a alteração que introduzimos no processo de atribuição das farmácias, agora por via de concurso, e que teve por objectivo tornar mais claro e transparente todo o processo.

Tomar decisões em relação aos medicamentos, quer elas tenham a ver com a autorização de comercialização, o preço, a comparticipação, a prescrição ou o processo de os pôr à disposição do público, implica um sem-número de preocupações e de factores a ter em conta. Todas as decisões têm de ser equacionadas. É uma matéria ainda extremamente delicada em termos de sensibilidade dos cidadãos, cuja correcta e rigorosa informação é necessário defender, quantas vezes contra as mais variadas manifestações de toda a espécie de interesses.

Os farmacêuticos ocupam uma posição privilegiada no relacionamento dos cidadãos com os medicamentos. As farmácias não podem ser simples locais de venda de medicamentos, devem ser também espaços onde se encontra a informação e o conselho úteis do farmacêutico, a promoção da saúde e a defesa contra a doença. ❖

* Leonor Beleza, ministra da Saúde à data da realização do 2.º Congresso Nacional das Farmácias.



**Crescemos para si.
Crescemos consigo.**

DIZ NÃO A UMA SERINGA EM SEGUNDA MÃO

O PROJECTO

Atingir uma população de difícil acesso, através de um gesto que deverá ser ao mesmo tempo prático e eficaz em termos preventivos, foi o que se propôs a ANF ao aliar-se à Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA (CNLCS) neste projecto.

"Diz Não a Uma Seringa em Segunda Mão" foi o apelo lançado aos toxicodependentes, numa acção visando levá-los a renunciar a hábitos tão negativos para a saúde pública como o abandono de seringas usadas, a partilha de seringas com outras pessoas ou ainda a sua utilização mais do que uma vez. Pretendeu-se fazer passar esta mensagem tendo em conta que, pelos seus hábitos, a população toxicodependente continua a ser um dos grupos de maior risco para o contágio da SIDA.

Da colaboração entre a ANF e a CNLCS nasceu fundamentalmente um projecto de recolha de seringas a nível nacional, já que envolve as 2.500 farmácias distribuídas por todo o país. Necessário foi, nesta acção vocacionada para a população toxicodependente, começar por sensibilizar os farmacêuticos e os seus auxiliares da importância da sua participação em acções de prevenção da SIDA. É que, se dispuserem de conhecimentos científicos actualizados regularmente, os farmacêuticos podem contribuir

para melhorar a informação do público, dissipando falsas ideias e sentimentos negativos.

No contacto com os jovens, os farmacêuticos devem estar habilitados a alertá-los para os perigos da toxicodependência e das relações sexuais sem protecção; no contacto com os seropositivos, podem proporcionar-lhes algum apoio humano e social, minimizando a discriminação a que são sujeitos. É nesta dupla base de informação/prevenção que assenta toda a campanha.

O manual fornece, além de todos os dados necessários para a compreensão do funcionamento e objectivos deste projecto, informação detalhada sobre a SIDA, meios de transmissão do vírus, formas de evitar o contágio, a que acrescem conselhos sobre a postura do farmacêutico perante este tipo de doença e também um preservativo e um toalhete embebido em álcool, acompanhados de informações que sugerem uma activa mudança de atitudes.

Porquê o preservativo junto com a seringa? Porque é importante, quando se tem por população-alvo os toxicodependentes, a prevenção da SIDA por via sexual.

Cada farmácia começou por receber 20 kits. Esta distribuição inicial visou permitir que cada farmácia pudesse estar preparada para o início da acção

FARMÁCIA PORTUGUESA

SETEMBRO/OUTUBRO 1993 ANO XVI N.º 83

**DIZ NÃO A
UMA SERINGA
EM SEGUNDA
MÃO**



COMISSÃO NACIONAL
LUTA CONTRA A SIDA
MINISTÉRIO DA SAÚDE



associação nacional
das farmácias

em função das suas necessidades. Este stock inicial poderia ser imediatamente corrigido por pedido a qualquer cooperativa, se as previsões apontassem para um número superior. Essa diversidade foi facilmente comprovada, quando, um escasso mês após o arranque da campanha, havia farmácias que tinham distribuído 14 mil kits e outras nem um dos 20 iniciais. Eram 200 mil os kits preparados para a fase inicial do projecto. Cinquenta mil foram distribuídos directamente.

A campanha "Diz Não a Uma Seringa em Segunda Mão" está centralizada nas farmácias, mas não se circunscreve à troca de seringas. Paralelamente, decorre uma ampla campanha de informação e divulgação, que passa pela comunicação social, nomeadamente pela televisão. Passa igualmente pelas discotecas, às quais foi solicitada a colocação de um cartaz alusivo à campanha.

O óptimo seria obter uma mudança de comportamentos. Mas só saber que se não houvesse este programa pelo menos meio milhão de seringas estariam abandonadas é quanto basta para ter a certeza de que não se pode parar por aqui. ❖

FICHA DE REGISTO

Farmácia _____ Código ANF _____

Concelho _____ Distrito _____

Farmacéutico(s) responsáveis: _____

	N.º _____	N.º _____	N.º _____	N.º _____	N.º _____	N.º _____	N.º _____
Sexo masculino feminino	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Idade < 20 anos de 20 a 30 anos de 30 a 40 anos > 40 anos	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Raça eurocaucasiano (branco) asiático africano indiano ou afim	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Escolaridade até ao 9.º ano até ao 11.º ano superior	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Data (entrega do KIT)	___/___/___	___/___/___	___/___/___	___/___/___	___/___/___	___/___/___	___/___/___
Actividade trabalhador activo desempregado estudante	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Com que idade se começou a drogar?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O que faz à seringa depois de a utilizar? deita no lixo abandona no local partilha-a reutiliza-a	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Se volta a usar, sabe os cuidados a ter? sabe não sabe	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Sabe os riscos que corre ao utilizar a seringa usada por outros? sabe não sabe	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>

O APOIO INSTITUCIONAL

O Ministério da Saúde é o organismo governamental directamente envolvido nesta campanha. É com ele, através da CNLCS, que colabora a Associação. Contudo, as mensagens de apoio e incentivo têm chegado de outros ministérios directamente interessados na problemática do tráfico e consumo de drogas. É o caso dos ministérios da Justiça e do Comércio e Turismo, que louvaram «a contribuição meritória» da Direcção da ANF nesta campanha, que visa prevenir a transmissão do VIH entre a população toxicodependente.

UM KIT POR UMA SERINGA USADA

Recolha de seringas,
um gesto responsável
a que os
toxicodependentes
aderiram

PACTO NACIONAL SOBRE A ECONOMIA DO MEDICAMENTO

14 MEDIDAS PARA EVITAR A RUPTURA

Asssegurar o crescimento sustentado e controlado da despesa do SNS em comparticipações no preço dos medicamentos é a razão de ser do Pacto Nacional sobre a Economia do Medicamento, que a ANF apresentou recentemente. Um pacto em 14 passos, possíveis de concretizar, imprescindíveis para evitar a ruptura do sistema de saúde português:

1. Congelamento total do preço dos medicamentos para 1997;
2. Prescrição médica pelo nome genérico no âmbito do SNS;
3. Criação de um formulário por patologia e princípio activo para o SNS - este formulário tem de ser da responsabilidade do Governo, a qual não poderá ser delegada noutra organização;
4. Implementação de protocolos terapêuticos por especialidade, de carácter obrigatório;
5. Definição da lista de medicamentos cuja prescrição deve ser reservada a especialistas;
6. Revisão do regime de comparticipações do Estado no preço dos medicamentos, sem transferir maiores encargos para os doentes;
7. Revisão da lista de produtos comparticipados pelo SNS;
8. Controlo estatístico da prescrição médica por especialidade;
9. Definição dos limites máximos de crescimento da despesa pública com medicamentos em 1997;
10. Definição de um protocolo que estabilize de forma exequível e coerente o relacionamento

financeiro entre o Estado, a produção e a distribuição de medicamentos - para que os custos financeiros da dívida do SNS sejam divididos por todos os parceiros;

11. Publicação de legislação rigorosa sobre o controlo do marketing farmacêutico;
12. Definição de um limite máximo para despesas de marketing, formação e informação por laboratório, em função do volume de vendas do ano anterior. Acima deste limite, as despesas serão tributadas como lucros;
13. A comparticipação de novos medicamentos pelo SNS ficará dependente da realização de estudos de farmacoeconomia, a efectuar em Portugal, em centros reconhecidos pelo Ministério da Saúde, que avaliem a relação entre o custo do novo medicamento e o benefício para o Estado e para os doentes, tendo em conta o arsenal terapêutico existente e já sujeito a comparticipação;
14. Proibição absoluta de acumulação da qualidade de funcionário do SNS e de prestador de serviços, reforçando o regime de incompatibilidade constante do estatuto do SNS e combatendo, por esta via, a promiscuidade, que tem como consequência inevitável o crescimento artificial e injustificado da despesa pública. O regime de incompatibilidades, para efeito de comparticipação do SNS no preço dos medicamentos, deve ser alargado aos médicos funcionários de laboratórios da indústria farmacêutica, quanto aos medicamentos produzidos pelo próprio laboratório a que pertencem. ■■

A VOZ (GROSSA) DA ANF

TEXTO: PAULO MARTINS

FOTOGRAFIAS ACTUAIS: PEDRO LOUREIRO

:O AMBIENTE
É PROPÍCIO
À ESTRATÉGIA DE VIRAR
A REVISTA PARA
O EXTERIOR. POLÍTICA
DE SAÚDE ADQUIRE
CENTRALIDADE

:A Farmácia Portuguesa assume-se abertamente como tribuna da ANF sob a batuta de João Cordeiro, director entre 1995 e 2005. Em rigor, a sua tribuna de eleição é o editorial, instrumento ao serviço da estratégia de influenciar a decisão política. Fosse na ofensiva – combatendo as tentativas de alteração da lei da propriedade da farmácia, por exemplo – fosse num registo de natureza justificativa, quando reagiu às críticas ao acordo de fornecimento de medicamentos estabelecido em 2003 com o Ministério da Saúde.

À distância, Cordeiro assume com naturalidade que a revista funcionava como «porta-voz da Direcção da Associação, o seu veículo junto dos farmacêuticos e da sociedade». Não esconde que constituía, nessa medida, «uma forma de intervenção política». Daí que a tiragem tenha, em algumas edições, atingido os 4.000 exemplares,

FARMÁCIA PORTUGUESA

1975

2000

■ ANF comemora 25 anos

■ Aranda da Silva em entrevista

Janeiro/Fevereiro 2000 • ANO XXII • Nº 121

extravassando largamente o sector, que então rondaria as 2.500 unidades.

Uma vez ou outra, o líder histórico da ANF passa à condição de entrevistado. De língua sempre afiada, mesmo quando a conversa se inscreve num registo biográfico, como no n.º 125, de Setembro-Outubro de 2000: «O medicamento está na mira dos grandes grupos económicos. Mas a minha confiança nos farmacêuticos é ilimitada», sentencia, disponibilizando a Associação para todas as batalhas, porque «a farmácia tem de lutar com as mesmas armas dos restantes parceiros do sector do medicamento».

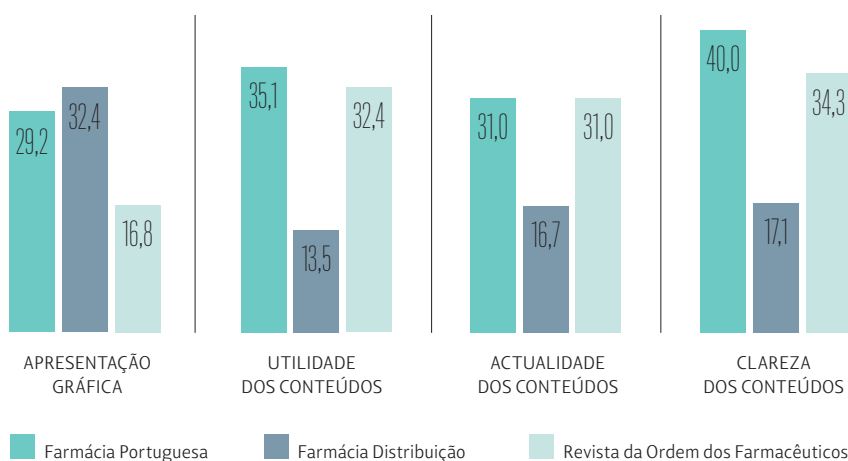
Nessa altura, a revista já tinha operado uma profunda renovação no plano gráfico. Iniciara o ano de cara lavada, comemorando o 25.º aniversário da ANF. Nessa edição, prestou homenagem ao passado, através de um texto sobre a evolução da organização, seguindo as memórias da última presidente do Grémio Nacional das Farmácias. Maria do Castelo Mendes Correia, que ainda liderou em finais de 1974 a reunião que desferiu o golpe de misericórdia no organismo corporativo e lançou a Associação, invocou nessa ocasião um par de episódios, sem rancores nem amarguras.

O ambiente é propício à estratégia de virar a revista para o exterior. A política de saúde adquire centralidade, em especial através de dossiês temáticos, frequentemente sobre medicamentos genéricos, pelos quais a ANF há anos se bate, mas que tardam a implantar-se no mercado. É o que sucede em 2003, com a publicação de um estudo do Laboratório de Estudos Farmacêuticos, que também visa dar público testemunho da competência técnica dos departamentos da organização.

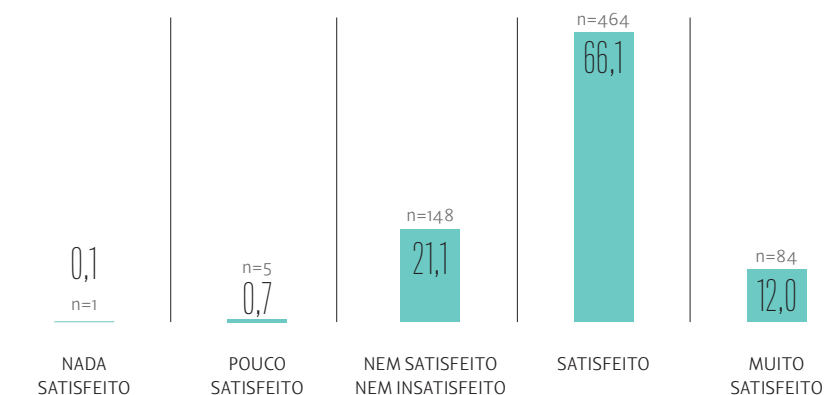
Nesta fase, Guerreiro Gomes é um operacional imprescindível. «Quando eu era director, era director de

Inquérito de satisfação publicado no n.º 156, de Março-Abril de 2005

Distribuição das 3 Revistas que mais se destacam (%)



Satisfação Global dos Inquiridos com a RFP (%)

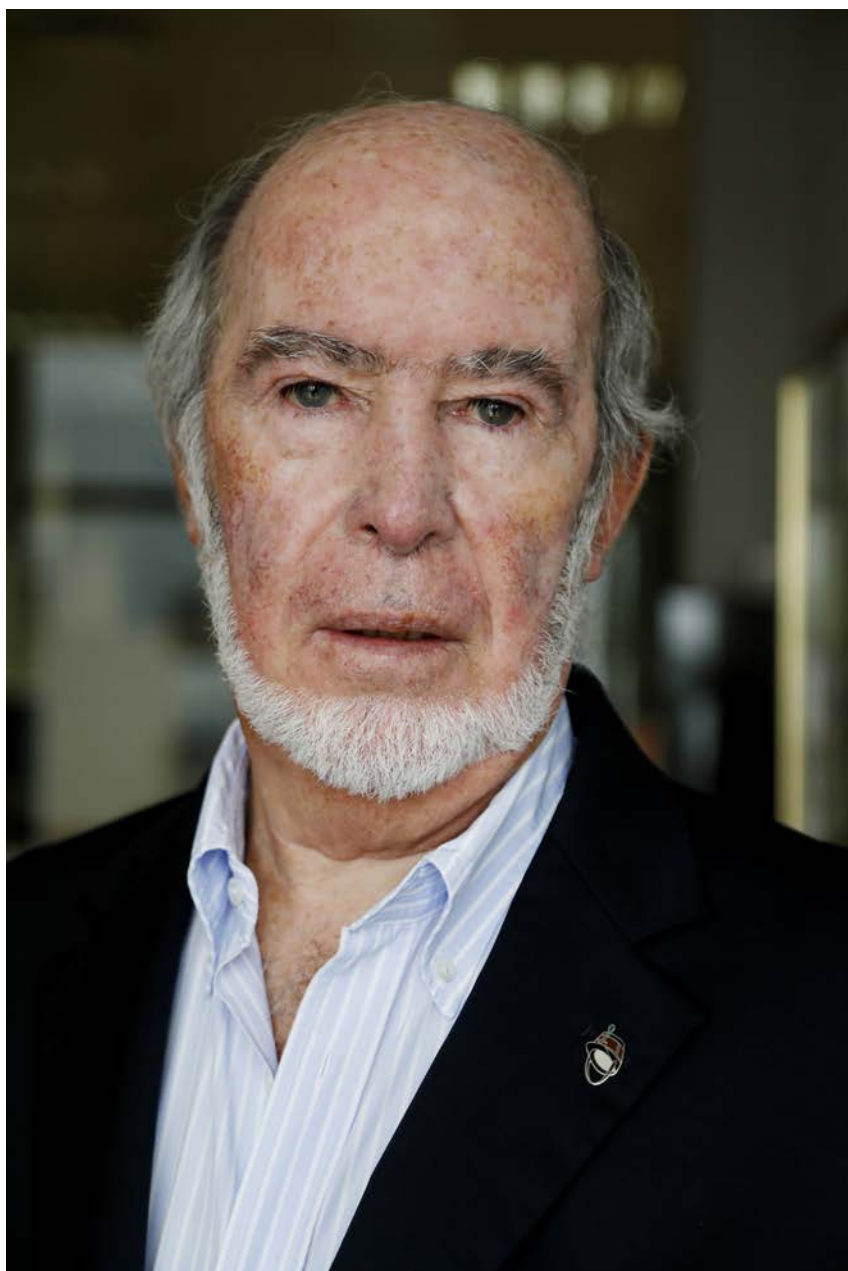


cabeçalho. Fazia o editorial e a última página. Sobre o restante, claro que falávamos, mas o Chico é que fazia a revista. Como gostava de escrever e era muito metódico, envolveu-se seriamente», observa João Cordeiro. A redacção integra Maria João Toscano desde 1990. Desde o tempo em que, como ela própria diz, «o objectivo fundamental era dar suporte técnico às farmácias e manter o relato do que estava a acontecer na ANF». Algo a meio caminho «entre revista institucional e revista formativa, dirigida a farmacêuticos».

Farmacêutica de formação, Maria João Toscano fora admitida na ANF para trabalhar directamente com

Luís Matias, que tinha a seu cargo um vasto conjunto de áreas, entre as quais o então designado Sector Editorial e Outros Projectos, encarregado de assegurar, além da Farmácia Portuguesa, os boletins CEDIME e Medicamento, História e Sociedade. Manteve-se ligada à revista até 2006, quando foi convidada a desenvolver o projecto da Escola de Pós-graduação em Saúde e Gestão que mais tarde passou a dirigir. Contudo, nunca sentiu ter vestido sequer a pele de jornalista especializada, porque os artigos da sua autoria eram predominantemente de carácter técnico.

Na década em que teve João Cordeiro ao leme, a revista entrou de



NA DÉCADA EM QUE TEVE JOÃO CORDEIRO AO LEME, A REVISTA NUNCA FUGIU AO CONFRONTO COM O PODER POLÍTICO

peito feito no debate, afinal sempre actual, sobre o futuro do Serviço Nacional de Saúde. E nunca fugiu ao confronto, fosse com o poder político, a indústria farmacêutica ou a classe médica. No n.º 96, de 1996, em texto com o título genérico “Pague um leve dois”, atira-se à Ordem dos Médicos, que defende a venda de medicamentos sem receita médica em supermercados – ironicamente, a medida acabaria por ser concretizada em 2005. Um dossiê no n.º 119, de 1999, aborda em pormenor os programas eleitorais dos partidos no campo da saúde. Uma separata distribuída com o n.º 133 (2002) reúne as intervenções da sessão institucional de esclarecimento promovida pela ANF, sobre o tema “O lóbi dos portugueses”, avaliando seis anos de governação. A proposta de criação de farmácias em hospitais e centros de saúde, apresentada em 2000 pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda, é criticada no n.º 122.

O momento mais tenso ocorre dois anos depois. O antigo ministro da Saúde Correia de Campos, que nas páginas da revista fora alvo de vários ataques, aceita ser entrevistado, no n.º 135, de Maio-Junho desse ano, e compra uma prolongada guerra. Sob o inocente título «Não tenho nada contra a ANF», acusa-a de abuso de posição dominante, que a torna nada menos do que «um parceiro negocial impossível». Mais: «engorda com dinheiros públicos», graças a uma «renda vitalícia de quatro milhões de contos por ano», resultante da intermediação financeira, que considera ilegítima.

Maria João Toscano lembra-se bem dos contornos da estória, que também protagonizou. Por uma razão muito simples: «Foi a pior entrevista da minha vida. E fiz bastantes!». Munida de um guião, como

VISITE-NOS
NO STAND
2.02
expofarma



plural
SERVIÇOS MULTIPHARMA

*Uma Cooperativa
de confiança!*

1974

INÍCIO DE ATIVIDADE

6

PLATAFORMAS LOGÍSTICAS

+300

COLABORADORES



Rua Manuel Madeira, 35 • 3025-047 Coimbra



239 499 400



plural.pt



geral@plural.pt



***CORREIA DE CAMPOS
ACUSOU A ANF, NAS
PÁGINAS DA REVISTA,
DE «ENGORDAR COM
DINHEIROS PÚBLICOS»***



habitualmente elaborado em conjunto com os membros da direcção da Farmácia Portuguesa, encontrou-se com Correia de Campos na Escola Nacional de Saúde Pública, onde então leccionava. «Coloquei uma questão, ele respondeu, eu argumentei e ele contra-argumentou». O tom não mudaria até o caldo entornar, quando o ex-governante deixou bem claro que quem dava as respostas era ele.

Terminada a conversa, a entrevistadora percebeu que a coisa não ficaria por ali. Mal João Cordeiro soube do conteúdo da entrevista, recomendou-lhe que guardasse a gravação a sete chaves, porque a publicaria integralmente,

mas o tribunal seria a etapa seguinte. Cordeiro exerceu um inédito «direito de resposta», no editorial dessa edição (ler págs. 48-49) e moveu um processo judicial, em nome pessoal e da ANF, contra o entrevistado, alegando difamação e ofensa a pessoa colectiva. Tudo acabará em 2005: a Justiça decide não pronunciar Correia de Campos.

Quando Guerreiro Gomes assume a direcção, em 2005, dispõe-se a continuar o projecto sem lhe mudar uma vírgula: a revista, assegura no editorial, é o espaço onde a ANF «expõe os argumentos políticos» e, «acessoria-mente», um veículo de informação e formação profissional.



«Institucional e formativa»: eis como Maria João Toscano caracteriza a revista a que esteve ligada entre 1990 e 2006

Luís Matias e Nuno Vasco Lopes tornam-se subdirectores. Maria João Toscano ascende oficialmente à condição de coordenadora do projecto. Quanto a Cordeiro, não se afasta totalmente: reserva para si uma página, a fechar, designada “Desta varanda”.

Na edição n.º 156, saem os resultados de um inquérito de satisfação realizado junto dos leitores. A Farmácia Portuguesa destaca-se das restantes publicações do sector (Farmácia Distribuição e Revista da Ordem dos Farmacêuticos) em matéria de clareza e de utilidade dos conteúdos. Cerca de metade dos inquiridos manifesta interesse em aprofundar a informação científica e 39% desejam ter acesso a mais informação sobre legislação.

Corre o ano de 2006. Pela primeira vez, duas listas disputam o poder na ANF, em eleições antecipadas. No n.º 164, a revista faz uma cobertura activa do acontecimento, apresentando equipas e programas eleitorais. O desafiador, Ferro Baptista, surge em pé de igualdade. João Cordeiro, no entanto, não abdica de escrever a sua crónica. Na edição seguinte, reconduzido na liderança, é mais uma vez entrevistado.

Em resposta à liberalização parcial da propriedade da farmácia, decidida pelo Governo de José Sócrates, a Associação mobiliza-se – e mobiliza a classe. Já em 2006 a Farmácia Portuguesa apresentara o parecer da Autoridade da Concorrência, favorável à liberalização total, como traduzindo «um olhar ferido de parcialidade», mas em 2007 o tema domina as edições. A revista publica sucessivamente uma síntese do parecer da ANF sobre o anteprojecto de

proposta de lei e um artigo acerca da nova legislação, intitulado “Determinação e confiança são armas das farmácias”. No n.º 172, de Novembro-Dezembro, salta para o Parlamento, onde cobre, a par e passo, um colóquio sobre o assunto. Um vasto dossiê inclui textos sobre as tomadas de posição da ANF e a alteração estatutária imposta pelo novo figurino legal.

Em 2010, está a Associação em período de expansão, consolidando o seu universo empresarial, a Farmácia Portuguesa dedica à criação do edifício ANF-Porto todo o n.º 190, de Novembro-Dezembro. Porém, no ano seguinte, na edição concentrada no 10.º Congresso Nacional das Farmácias, saltam à vista preocupações com os efeitos da crise económica, cujo impacto começa a tornar-se evidente. Ao reflectir sobre a (in)sustentabilidade do sistema de saúde, é sobre a sustentabilidade das farmácias que o congresso reflecte. “Remuneração pela prestação é o futuro”, enuncia o título de um dos artigos. Não por acaso. ❧

**LIBERALIZAÇÃO
DA PROPRIEDADE
DOMINA EDIÇÕES
DO ANO DE 2007**



EDITORIAL

HOMENS DE ESTADO



A revista Farmácia Portuguesa é um espaço de liberdade, que acolhe nas suas páginas opiniões diferentes sobre as questões de saúde, única forma de proporcionar aos seus leitores uma informação completa e diversificada. Nunca nos preocupamos em saber se os nossos entrevistados são por nós ou contra nós. Cada um expõe livremente as suas opiniões. É neste contexto que publicamos hoje uma entrevista com o ex-ministro da Saúde, sr. prof. Correia de Campos.

Esperávamos que, agora na qualidade de cidadão, mas beneficiando da experiência acumulada, nos desse a sua visão da Saúde. Portugal é um dos países europeus onde mais se gasta com o sistema de saúde. Apesar disso, a qualidade de resposta dos serviços é, de acordo com o Observatório Português dos Sistemas de Saúde, um quarto da média europeia. Porquê? Para onde vai o nosso dinheiro? Quais são as soluções?

Era a resposta a estas questões que esperávamos. O entrevistado, porém, defraudou as nossas expectativas. Em vez de falar sobre os problemas da Saúde e as suas soluções, entendeu aproveitar para fazer acusações aos parceiros sociais da Saúde, em especial à ANF.

A entrevista merece um comentário. O nosso entrevistado já exerceu por duas vezes funções governativas na área da Saúde. Era, por isso, razoável esperar que assumisse a sua quota-parte de responsabilidade pela grave situação a que chegou a Saúde. Sinceramente, não esperávamos que fugisse, como fugiu, às suas responsabilidades, afirmando que as reformas não foram iniciadas antes por razões que têm a ver com o peso excessivo dos parceiros sociais, tratando de sacudir a água do capote.

Como poderá explicar-se a grande animosidade que, em várias partes da entrevista, o sr. prof. Correia de Campos revela contra nós? O episódio das farmácias sociais prejudicou, segundo o entrevistado, o bom relacionamento existente. Considera a posição que tomámos ilegítima e acusa-nos de termos partidarizado a ANF.

Quem partidarizou a questão foi Correia de Campos, que, aproveitando a sua dupla qualidade de ministro e militante socialista, introduziu o tema das farmácias sociais na disputa partidária, à espera de conquistar votos com uma ideia que nem ele próprio foi capaz de defender publicamente e que não existe em qualquer país europeu. Esperaria que assistíssemos silenciosamente à destruição do nosso sector; primeiro com cem farmácias, depois com mil e hoje com vários milhares?

A segunda grande acusação diz respeito ao acordo em vigor, celebrado entre o Ministério da Saúde e a ANF. Diz o nosso entrevistado:

- a ANF é o banqueiro do Estado;
- a intermediação financeira da ANF não é ilegal, mas é ilegítima;
- o Estado é um óptimo pagador; porque paga sempre;
- a ANF engorda com dinheiros públicos;
- a ANF usou dinheiros públicos para tomar uma posição partidária contra um dos partidos que quis criar cem farmácias sociais;

«COMO PODERÁ EXPLICAR-SE A GRANDE ANIMOSIDADE QUE REVELA CONTRA NÓS?»

- ao cobrar 1,5% sobre o volume de vendas, a ANF assume uma posição de banqueiro que é excessiva;
- este dinheiro não é das farmácias, é dos contribuintes.

Vamos por partes.

O acordo está publicado no Diário da República. É um documento público, que todos têm obrigação de conhecer. As farmácias, nos termos desse acordo, fornecem medicamentos a crédito aos beneficiários do SNS, o pagamento é a 40 dias da data da factura, o Ministério obriga-se a pagar todos os meses um mês de fornecimentos e, se houver atrasos, paga os juros suportados pela ANF junto da banca comercial. Como se vê, a ANF não quer ser banqueira do Estado. É forçada a isso pelo atraso sistemático nos pagamentos.

O nosso entrevistado diz que o Estado paga sempre e isso já é uma grande qualidade! É a mentalidade típica do funcionário público. Não sabe o que é ter de responder no final de cada mês por salários, impostos, segurança social, fornecedores, etc., etc. Lembramos-lhe que o Estado paga sempre, mas com muito atraso. Ele próprio deixou ao seu sucessor uma herança de 200 milhões de contos de dívida às farmácias, a maior de sempre.

Que fique claro: a ANF e as farmácias nunca receberam um tostão do Orçamento Geral do Estado que não seja o exacto montante da dívida. E se recebe juros é porque o Ministério da Saúde não se financia para pagar pontualmente. Ou seja, obriga a Associação a financiar-se na banca para pagar pontualmente às farmácias e depois acusam-nos de sermos banqueiros do Estado! É como se o devedor acusasse o credor de lhe emprestar dinheiro.

Cabe ainda perguntar ao nosso entrevistado: se considerava o acordo tão prejudicial, porque não o denunciou antes? E porque é que, depois de o ter denunciado, não apresentou qualquer proposta de revisão? Enquanto foi ministro, nem uma palavra disse sobre o acordo e só após o 'buraco' das farmácias sociais é que veio denunciá-lo, num acto de pura vingança.

Noto, por fim, algum rancor nas palavras do nosso entrevistado, que lamento. São assim alguns dos nossos Homens de Estado. ♦♦

LIBERALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE EM VIGOR

*Determinação e confiança
são armas das farmácias.
É com determinação e confiança
que as farmácias devem reagir
à liberalização da propriedade,
que entrou em vigor no dia
31 de Outubro. Concretizou-se
assim aquilo que configura
uma decisão política inabalável
do Governo, à revelia dos
farmacêuticos e, sobretudo,
dos portugueses.*

O processo que agora culminou com a aprovação e entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de Agosto, não deixa margem para dúvidas: o actual Governo é movido por uma vontade inabalável de liberalizar a propriedade da farmácia, objectivo que assumiu desde a primeira hora. É, sem dúvida, uma decisão política, ainda que assente numa recomendação da Autoridade da Concorrência. Não assenta, contudo, em estudos sobre a necessidade de liberalizar a propriedade de farmácia nem em estudos sobre o impacto de tal medida.

A ANF sempre foi, e continua a ser, frontalmente contra esta decisão. Por não lhe encontrar sustentação. E fez tudo ao seu alcance para persuadir o Governo de que era uma decisão negativa para o país. Desde logo, porque o sector das farmácias em Portugal funciona bem, com elevado nível de qualidade e ao mais baixo custo em toda a União Europeia. O país possui mais farmácias, relativamente à população, do que a maioria dos seus congéneres comunitários.

Além disso, em todos os sectores da saúde, é aquele que recolhe uma avaliação mais positiva dos doentes e dos consumidores em geral, que nunca reclamaram a alteração do seu enquadramento legislativo. Há estudos que comprovam esse elevado índice de satisfação.

A liberalização terá como inevitável consequência a degradação das farmácias, dos serviços que prestam, da qualidade do emprego, da qualidade do atendimento, da qualidade tecnológica. Afectará, pois, a capacidade das farmácias para serem, como têm sido, um sector moderno e evoluído, ímpar na área da saúde.

Decidida em nome do mercado, a liberalização vai conduzir, paradoxalmente, à redução da concorrência, por via da concentração no sector. Um efeito perverso que outros países com experiências liberalizadoras já experimentam.

Não obstante estas advertências, o Governo manteve-se firme na sua ofensiva contra o sector. Levando a ANF, confrontada com esta imutabilidade, a aceitar o processo negocial que conduziu à assinatura do Compromisso com a Saúde, em Maio de 2006. Fê-lo em nome da defesa do futuro do sector, em que se empenhou a fundo e pelo qual pugnou até onde lhe foi possível. Todavia, mais de um ano volvido sobre esta intenção negocial, o que se verifica é que o Governo usa dois pesos e duas medidas na sua aplicação. Legisla sobre as matérias que mais penalizam as farmácias e deixa na gaveta as demais.

São vários e importantes os compromissos desrespeitados, nomeadamente no diploma que liberaliza a propriedade de farmácia. O documento assinado entre o Ministério da Saúde e a ANF prevê a publicação de um Código de Exercício Profissional de modo a reforçar a independência do director-técnico e os poderes da Ordem dos Farmacêuticos. Mas o diploma já aprovado é totalmente omissivo. Já não é omissivo no articulado relativo ao regime fiscal das farmácias, em que entra em contradição com o compromisso: neste, prevê-se que todas as farmácias obedeçam ao mesmo regime fiscal, mas na lei as farmácias, as IPSS já existentes são isentas desta obrigação pelo período de cinco anos.

Perante este desrespeito tão flagrante ao Compromisso com a Saúde, que o próprio primeiro-ministro assumiu, nada mais resta à ANF do que combatê-lo por todos os meios ao seu alcance, política e legalmente. A confiança da população nas farmácias deve constituir um motivo de orgulho e um factor de motivação. Isso mesmo é assumido pela política associativa, que continuará a ter como vector fundamental a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado pelas farmácias.



Em 31 de Outubro entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 307/2007. O aspecto central do novo diploma é, naturalmente, no que respeita à propriedade de farmácia, o artigo 14.º, nos termos do qual «podem ser proprietárias de farmácia pessoas singulares ou sociedades comerciais». É eliminada a reserva de propriedade a favor dos farmacêuticos, porquanto, até agora, apenas podiam ser proprietários de farmácia os farmacêuticos ou as sociedades em nome colectivo ou por quotas, se todos os sócios fossem farmacêuticos e enquanto o fossem.

O diploma estabelece, porém, o limite seguinte: «nenhuma pessoa singular ou sociedade comercial pode deter ou exercer, em simultâneo, directa ou indirectamente, a propriedade, a exploração ou a gestão de mais de quatro farmácias» (artigo 15.º). Não são,

**A ANF SEMPRE
FOI CONTRA
ESTA DECISÃO.
FEZ TUDO AO
SEU ALCANCE
PARA
PERSUADIR
O GOVERNO
DE QUE ERA
UMA DECISÃO
NEGATIVA
PARA O PAÍS**

no entanto, consideradas para este limite as concessões de farmácias de dispensa de medicamentos ao público nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde.

Por outro lado, são estabelecidas incompatibilidades: não podem deter ou exercer, directa ou indirectamente, a propriedade, a exploração ou a gestão de farmácias, profissionais de saúde prescritores de medicamentos; associações representativas das farmácias, empresas de distribuição grossista de medicamentos ou da indústria farmacêutica, ou dos respectivos trabalhadores; empresas de distribuição grossista de medicamentos; empresas da indústria farmacêutica; empresas privadas prestadoras de cuidados de saúde e subsistemas que participam no preço dos medicamentos.

O diploma considera que existe propriedade, exploração ou gestão indirecta de uma farmácia quando a mesma seja detida, explorada ou gerida por outras pessoas ou entidades, em nome próprio ou alheio, mas por conta daquela, designadamente através de gestão de negócios ou contrato de mandato, ou por sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo.

Outra alteração significativa ao regime jurídico das farmácias de oficina, e que decorre da liberalização da propriedade de farmácia, é o facto de a propriedade e a direcção-técnica de farmácia deixarem de ser indivisíveis. Assim, desde 31 de Outubro, «o director-técnico é independente, técnica e deontologicamente, no exercício das respectivas funções, da

proprietária da farmácia», ainda que «sem prejuízo das situações de identidade entre a propriedade e a direcção-técnica da farmácia».

Em matéria de licenciamento e alvará, a nova lei determina a sua sujeição a concurso público. Já a transferência de localização pode ocorrer dentro do mesmo município desde que sejam observadas as condições de funcionamento. No Compromisso, prevê-se que essa transferência, no mesmo concelho, seja livre, uma vez cumpridas as regras de instalação.

Entre as matérias legisladas figuram ainda aspectos como a informação e a venda ao público. Assim, as farmácias ficam obrigadas a divulgar as informações relevantes no relacionamento com os utentes, designadamente nome do director-técnico, horário de funcionamento, farmácias de turno no município, descontos que concedam e modo de reembolso da comparticipação do Estado no preço dos medicamentos.

São abrangidos pela venda ao público os seguintes produtos: medicamentos, substâncias medicamentosas, medicamentos e produtos veterinários, medicamentos e produtos homeopáticos, produtos naturais, dispositivos médicos, suplementos alimentares e produtos de alimentação especial, produtos fitofarmacêuticos, produtos cosméticos e de higiene corporal, artigos de puericultura e produtos de conforto. As farmácias podem ainda prestar serviços farmacêuticos de promoção da saúde e do bem-estar dos utentes. ❧



«A FASQUIA ESTÁ ALTA»

O presidente da ANF em entrevista após a (re)eleição

FARMÁCIA PORTUGUESA (FP): Assumiui, a 1 de Abril, um novo mandato. Que leitura faz dos resultados que o reafirmaram como presidente da Direcção da ANF?

JOÃO CORDEIRO (JC): Fiquei muito satisfeito. Os resultados mostram que as pessoas não estão disponíveis para aventuras.

FP: Como interpreta o facto de, pela segunda vez, no passado recente, se ter apresentado uma lista alternativa?

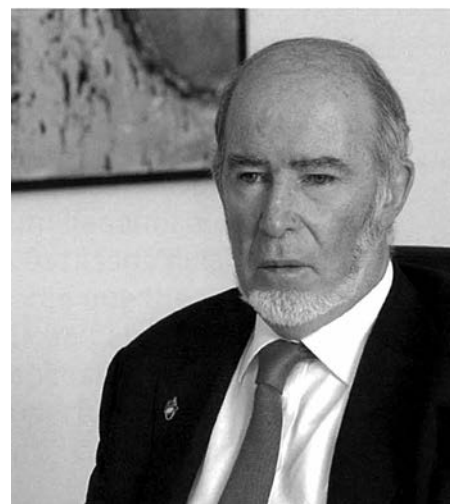
JC: É, claramente, uma manifestação de vitalidade do sector. E gostaria de realçar o facto de terem votado perto de 90% dos associados. Mas a oposição é essencialmente uma frente. Não é um projecto alternativo. No fundo, constitui o seu 'programa' com um conjunto de medidas avulsas, simpáticas e com coerência estratégica, de onde resulta uma proposta populista, impossível de concretizar.

FP: Venceu as eleições com um programa exigente...

JC: A fasquia está alta, mas esta é a nossa forma de estar na vida associativa. Somos exigentes connosco próprios. O que é muito diferente de ser megalómano.

FP: O que motivou a inclusão de propostas tão polémicas como a substituição de medicamentos prescritos por genéricos se o doente autorizar?

JC: Este programa decorre da forma desequilibrada como foi implementado o Compromisso com a Saúde. Negociámos de forma séria e responsável com o Governo, mas verificámos que todas as medidas negativas para o sector rapidamente foram aplicadas e que tudo aquilo que poderia ser compensador foi esquecido. O nosso programa é uma chamada de atenção aos políticos. O agravar da crise também foi muito determinante para termos feito estas propostas. Os farmacêuticos estão preocupados com o facto de os doentes não terem dinheiro para cumprir a prescrição médica. Havendo medicamentos mais baratos e com a mesma qualidade, é insustentável que o médico





«Somos exigentes connosco próprios. O que é muito diferente de ser megalómano»

esteja a impor um medicamento de marca, obrigando o doente à decisão final de não levar alguns medicamentos, porque não tem dinheiro para os pagar. Há mais de 230 mil portugueses que não adquirem a totalidade dos medicamentos prescritos por falta de recursos. Isto é inaceitável.

FP: Como entende as críticas da Ordem dos Médicos?

JC: O nosso objectivo não era abrir guerra com outros grupos profissionais. O que queremos é encontrar soluções para os problemas. E a verdade é que a nossa proposta foi extremamente bem recebida pela população.

FP: A adesão dos doentes confirmou-se. No entanto, a campanha acabou por ser reformulada. O que motivou essa mudança?

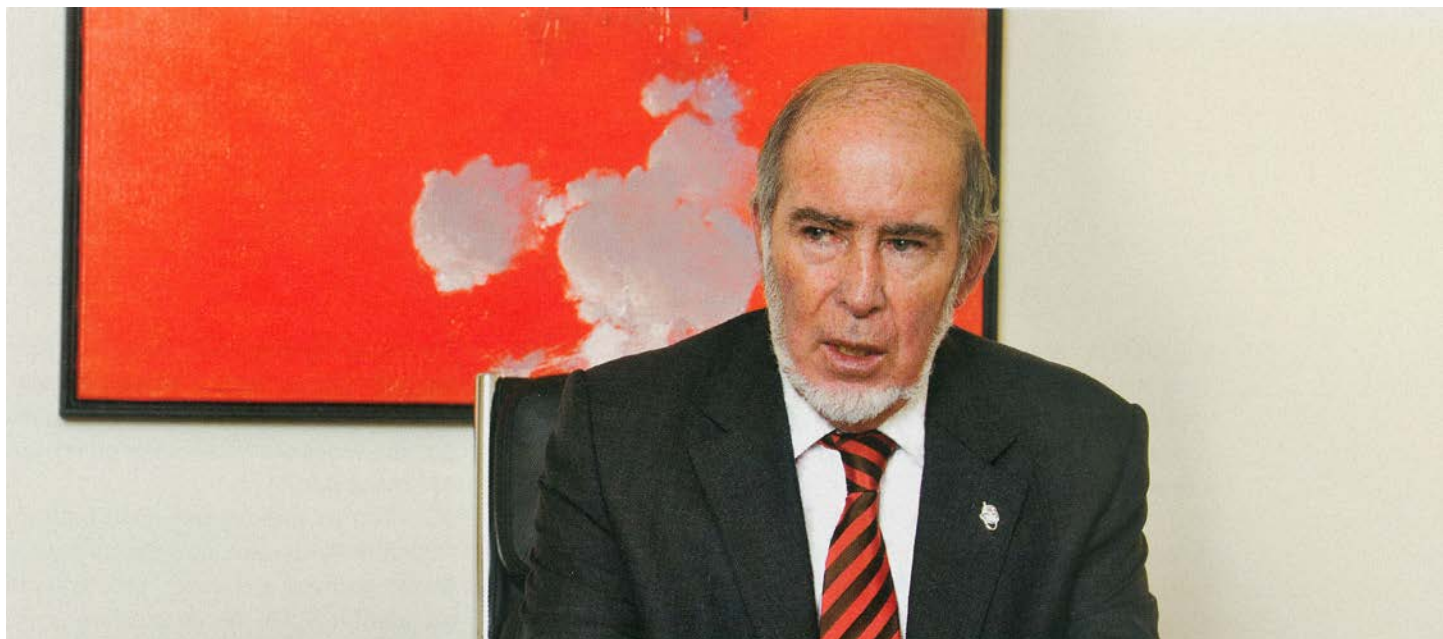
JC: Os doentes compreenderam a nossa mensagem e responderam em força. De tal forma que, em apenas seis dias, a substituição por um genérico permitiu que poupassem 112 mil euros. E o Estado também beneficiou com esta nossa iniciativa, com uma poupança de 93 mil euros. Porém, o Ministério da Saúde ignorou estes resultados e deu um sinal claro de que prefere compartilhar os medicamentos de marca mais caros, rejeitando compartilhar os genéricos se houvesse substituição. E assim, em 15 dias, desperdiçou 357 mil euros, obrigando os doentes a pagar a mais 405

mil euros. Não podíamos ficar indiferentes, pelo que decidimos reformular a nossa iniciativa. Avançámos com uma petição a ser subscrita pelos doentes, nas farmácias, para que a Assembleia da República lhes reconheça o direito a escolherem o medicamento mais barato e com a mesma qualidade.

FP: Em que se sustenta essa petição e o que propõe em concreto?

JC: A petição baseia-se na figura jurídica da Iniciativa Legislativa Popular, que prevê o direito dos cidadãos a apresentarem ao Parlamento projectos de lei com vista à aprovação de legislação ou alteração de legislação já existente. E é esse direito que convidamos os nossos utentes a exercer. A petição que durante o mês de Maio pode ser assinada nas nossas farmácias contempla três artigos: a obrigatoriedade de prescrição por DCI, a liberdade de escolha do doente e a responsabilidade da equipa da farmácia de o informar sobre a existência de alternativas mais baratas e com a mesma qualidade e, por fim, a revogação de toda a legislação que contrarie os dois pontos anteriores. São precisas 35 mil assinaturas de cidadãos eleitores. Acredito que, com facilidade, ultrapassaremos este limite.

FP: As críticas assentavam em dois argumentos principais, um relacionado com eventuais ilegalidades e



«É óbvio que há pressões extremamente poderosas, da Indústria Farmacêutica»

outro com o risco para a saúde pública. Quer responder a estes argumentos?

JC: Não acredito que este assunto venha a ser posto no campo da legalidade. Tem de ser visto unicamente no campo dos interesses do doente. Se houver alguma contradição na Lei, a única coisa que pode acontecer é a alteração da Lei, não a penalização de quem está do lado da população. Como é que se pode compreender que a prescrição por DCI esteja no Programa do Governo há quatro anos e não tenha ainda sido implementada? Haveria que aprofundar que razões justificam o facto de, antes das eleições, os políticos prometerem determinadas medidas e depois não as cumprirem...

FP: Está a referir-se a pressões?

JC: É óbvio que há pressões extremamente poderosas, da Indústria Farmacêutica.

FP: A questão do risco para a saúde pública é então uma falsa questão?

JC: É um argumentário para assustar as pessoas. Mas a prazo vai descredibilizar a Ordem dos Médicos. É um argumento complicado quando cabe ao INFARMED o controlo da qualidade dos medicamentos e, sobretudo, quando a Ordem dos Médicos não mostrou qualquer sinal de preocupação quando surgiram notícias de que

os doentes não estavam a cumprir a medicação prescrita, por dificuldades económicas. Já convidei o sr. bastonário da Ordem dos Médicos a passar um dia na minha farmácia. Se o fizer, decerto compreenderá melhor a nossa posição. Da nossa actuação resultou uma redução da despesa para os doentes e para o Estado. Mas a verdade é que, com a campanha em curso, a senhora ministra veio publicamente anunciar a sua preferência por medicamentos mais caros, em detrimento dos genéricos, e ignorando as poupanças óbvias que se verificaram. É o Estado a apostar numa realidade muito grave: fomentar que os doentes não levistem todos os medicamentos prescritos.

FP: Houve igualmente críticas da APIFARMA, que ameaçou com uma queixa na Autoridade da Concorrência [AdC] com o argumento de que a iniciativa distorcia a concorrência.

JC: Não vejo como. Pelo contrário, fomentava a concorrência. E tudo o que seja dar poder directo ao consumidor final é positivo e é isso que está a acontecer. É evidente que, durante anos e anos, houve uma relação privilegiada da Indústria com os médicos e era do interesse da Indústria manter esta estratégia. Mas nós consideramos que o doente deve ter mais poder de decisão. Quanto à alegada queixa na AdC, ainda não fomos notificados, mas estamos tranquilos. ❖❖

«ESFORCEI-ME PARA DESEMPENHAR A MINHA ACTIVIDADE DE ACORDO COM O MEU TÍTULO»

*A presente entrevista foi a última concedida
por Francisco José Guerreiro Gomes.*

A conversa que agora publicamos decorreu na sua farmácia, em Lisboa, em meados do ano passado, num contexto de recolha de informação junto de vários farmacêuticos que marcaram a evolução do sector da Farmácia em Portugal. Por terem sido estas as suas últimas palavras proferidas num contexto jornalístico, a Farmácia Portuguesa considerou que residia na sua partilha a melhor homenagem que poderia fazer ao seu já saudoso e muito querido director. Figura incontornável e tantas vezes determinante na evolução da história da ANF e da classe, Guerreiro Gomes foi grande entre os seus pares nos princípios defendidos e postura profissional, mas foi também um amigo leal, um pai e marido orgulhoso, e um homem de paixões frutuosas, conforme atestam os seus contributos em várias áreas da Farmácia.

FARMÁCIA PORTUGUESA (FP): O que o motivou a escolher as Ciências Farmacêuticas como rumo profissional?

FRANCISCO GUERREIRO GOMES (FGG): Na verdade, eu tinha mais vocação para História, área que poderia ter seguido como professor ou investigador, mas o facto de os meus pais terem uma farmácia pesou na minha opção.

FP: Licenciou-se em 1971.

FGG: Sim, na Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto. São tempos que lembro com saudade! Recordo-me perfeitamente da primeira vez que entrei na Faculdade, para me inscrever! No hall havia uma vitrina onde eram colocados os editais e avisos. Houve um que me prendeu a atenção. Era um recorte de jornal, do Diário de Lisboa, onde aparecia uma entrevista com uma colega, proprietária de farmácia, na qual dizia que os ajudantes eram pessoas inteiramente competentes para assegurar o trabalho, insinuando com isto que podíamos [proprietários farmacêuticos] não pôr lá os pés. Ao lado do recorte estava exposta uma cópia da carta que a Associação de

Estudantes tinha endereçado a essa colega. Dizia: «Estimada futura colega, daquilo que foi publicado no jornal a que a colega deu uma entrevista, a única coisa de que gostámos foi da sua fotografia». [risos] Sabe quem era o presidente da Associação de Estudantes? O João Cordeiro. O discurso na carta é típico dele: seco, não há cá explicações nem conversas... Fiquei logo vacinado! [risos] (...) Mais tarde tornámo-nos amigos. Fomos colegas de turma no quarto ano.

FP: Estamos a falar de uma época em que era ainda o Grémio Nacional das Farmácias que representava o sector. Que recordações tem desse tempo?

FGG: São recordações, na realidade, um pouco tristes. A nossa situação familiar espelhava bem os conflitos que se viviam no sector. A minha mãe tirou o bacharelato em Farmácia e era proprietária e directora-técnica desta farmácia [Mendes Gomes], mas nunca cá vinha. Estava em casa, a dar explicações. O meu pai, que era ajudante-técnico, era na verdade quem mandava, e quando olhava para o nome da mulher na placa, pensava: «Esta só cá está pelo curso». Eu estava a licenciar-me, logo, academicamente, ficaria numa situação superior à da minha mãe. A minha irmã era médica, com uma especialidade pouco pacífica, pois escolheu Análises Clínicas, onde nós, farmacêuticos, também estávamos presentes, mas à revelia dos médicos, que eram contra. Em suma, os quatro não tínhamos, profissionalmente, boas relações. Por outro lado, eu, que andava a estudar, olhava para a farmácia e o que via? Que a minha mãe já cá não vinha, e eu, quando terminasse o curso, estaria igualmente a mais... Naquela altura, a Farmácia de Oficina ocupava um farmacêutico e ponto final!



FP: Terminado o curso, foi para África. Quanto tempo lá esteve?

FGG: Estive dois anos em Moçambique. Embarquei no dia 20 de Abril de 1971, e sei isto porque no dia seguinte nasceu o meu primeiro filho. A minha mulher enervou-se, o parto precipitou-se. Recebi um telegrama com a notícia. Fui para Nampula, um sítio sossegado onde estava instalado o quartel-general. Três meses depois a Teresa foi lá ter comigo. No decorrer do segundo ano, nasceu o Pedro, o meu filho mais novo. Quando voltei a Portugal fui trabalhar para a Indústria Farmacéutica, para o laboratório Carlo Erba, mas a variedade na produção era pouca e confesso

que já estava um bocado cansado, sentia que não estava a aprender muito. Mudei então para a Hoechst, um laboratório alemão, onde pude fazer coisas mais diferenciadas. Até que um dia [início dos anos 80], o João Cordeiro me convidou para almoçar. Propôs-me ir trabalhar para a ANF e eu fiquei pasmo. No início nem estava a perceber muito bem para quê. Explicou-me que tinham realizado um congresso há pouco tempo [Dezembro de 1981], de onde haviam retirado algumas conclusões que ele pretendia aplicar em usufruto dos colegas associados. A tarefa seria entregue a um secretário-técnico e esse era o desafio que me lançava. E assim, depois de algumas conversas e por minha vontade, entrei para a ANF como secretário-técnico em 1982, resolvido a avançar com a Formação Contínua e com a Medicina Veterinária, porque considerávamos que os medicamentos veterinários deviam estar na farmácia.

FP: Como se deram esses passos iniciais na área da formação?

FGG: A nossa iniciativa foi, de facto, muito útil. As faculdades não faziam acções de formação pós-graduada, pelo que viemos preencher um vazio. Fiquei incumbido de criar um sistema de formação, e tanto eu como a Direcção da ANF encarámos o assunto com muita seriedade. Decidimos que deveríamos envolver as entidades que, teoricamente, seriam responsáveis pela formação dos farmacêuticos. Assim, a ANF organizava, mas a Ordem deveria participar – até por imperativos estatutários, tal como as três faculdades de Farmácia – Lisboa, Porto e Coimbra. Na Ordem, o professor Ralha, que era na altura o bastonário, dispôs-se de imediato a falar com as faculdades para a nomeação de representantes e formámos grupos de cinco pessoas para cada um dos temas que achávamos que deveriam estar no plano de formação: três eram professores de cada uma das faculdades, mais uma pessoa da ANF e outra da Ordem. As acções arrancaram em diferentes

loais: no Porto, em Faro, em Lisboa... Foi um sucesso! Nunca tivemos salas vazias, pelo contrário. De um modo geral, os cursos eram bastante concorridos e participados. Entretanto, em face do nosso êxito, as próprias faculdades começaram a desenvolver os seus programas de formação contínua e a chamar os antigos estudantes (...), coisa que era, no fim de contas, a sua função, e elas nunca

a haviam exercido. Assim como aconteceu, aliás, com a Ordem dos Farmacêuticos, que mais tarde veio inclusive exigir que as pessoas frequentassem acções de formação, atribuindo-lhes créditos para a renovação da carteira profissional.

FP: A sua intervenção no Museu da Farmácia foi um modo de alimentar o gosto pela História?

FGG: O meu e, principalmente, o do colega Salgueiro Basso. Éramos ambos muito interessados por História e ele gostava muito de coisas antigas. Nessa altura estávamos na Direcção, sendo que ele era vogal, mas ia sempre às reuniões...

FP: Já não era, portanto, secretário-técnico?

FGG: Não. Em 1986, quando assumi a propriedade e a direcção-técnica da minha farmácia, fui convidado a integrar a Direcção, onde estive até 1992. Quando assumi a direcção-técnica, jurei a mim mesmo que não saía daqui, que não faria outra coisa. Muito por causa da minha formação, muito por causa do que vi, mas essencialmente devido ao que aprendi na Ordem dos Farmacêuticos. A Ordem dizia que devíamos cumprir a Lei, que o farmacêutico deveria estar na farmácia, que o público o deveria ver. E eu fiz sempre um esforço para desempenhar a minha actividade de acordo com o título que tinha. Isso implicava não poder continuar no cargo executivo que antes desempenhava na ANF.

FP: Estava, então, na Direcção da ANF, juntamente com Salgueiro Basso...

FGG: E um dia, numa reunião de Direcção, o

«QUANDO ASSUMI A DIRECÇÃO-TÉCNICA DA ANF, JUREI A MIM MESMO QUE NÃO SAÍA DAQUI»



O FUNCIONÁRIO

Guerreiro Gomes, que desempenhou funções como secretário-técnico da ANF, a acompanhar Mário Soares, juntamente com Salgueiro Basso, numa visita à Feira de História, em 1992

O ESTUDANTE

Aluno da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, onde em 1971 obteve a licenciatura, não deixou de participar em reuniões estudantis. E logo se tornou amigo de João Cordeiro, então presidente da Associação de Estudantes



Salgueiro Basso sugeriu que se fizesse uma circular dirigida aos colegas, pedindo que doassem peças antigas de farmácia à ANF. Eu fiquei encantado! E a Direcção também! Estávamos longe de perceber que aquele poderia ser o princípio de um caminho complicado, mas quando começámos a receber respostas rapidamente fomos confrontados com a realidade de que não tínhamos uma estrutura para receber e gerir as peças, não tínhamos arquivo, não havia sequer um espaço onde as pudéssemos armazenar. Eu e o Salgueiro Basso percorremos o país no Citroën dele para recolher as peças. Quando eram pequenas, eram arrumadas no elevador e no arquivo morto do terceiro andar da Almirante Reis. Tivemos de arranjar, depois,

uma arrecadação para pôr os balcões e armários que nos ofereciam. E a aflição tornou-se ainda maior quando passámos a ter farmácias inteiras. Até que a ANF comprou o edifício de Santa Catarina, fez obras, e nós reservámos três pisos no edifício. Inaugurámos o nosso Museu em 1996, com três farmácias inteiras e muitas das nossas peças.

FP: Em que momento é que o seu caminho se cruza com o da revista Farmácia Portuguesa?

FGG: Em 2005 fui convidado para dirigir a revista. Antes, o director era o presidente da Associação, o João Cordeiro. Mas quando fui chamado a assumir responsabilidades, substituindo-o, foi algo efectivo. ❖❖

O PALCO ÀS FARMÁCIAS

TEXTO: PAULO MARTINS

MARIA DA LUZ SEQUEIRA:
«ENQUANTO FUI DIRECTORA,
A REVISTA MANTEVE
SEMPRE UM CARIZ
PREDOMINANTEMENTE
PROFISSIONAL»

«**U**m edifício de comunicação aberta». A forma como qualificou a revista que passou a dirigir constitui, em si mesma, o reconhecimento da enorme responsabilidade associada ao exercício do cargo. Maria da Luz Sequeira, à época vice-presidente da ANF, sabia muito bem a dimensão do desafio, quando assumiu o comando da Farmácia Portuguesa, na sequência do falecimento de Francisco Guerreiro Gomes.

O n.º 197, de Janeiro-Março de 2012, representa a passagem de testemunho. Sai o último editorial da autoria de Guerreiro Gomes, anunciando a nova periodicidade, trimestral, e, em sua homenagem, um extenso bloco de 12 páginas, que inclui a derradeira entrevista – parcialmente reproduzida nas páginas 56 a 59 da presente edição – e depoimentos de quem com ele privou. Como subdirectores, surgem Paulo Cleto Duarte, Nuno Vasco Lopes e João Silveira.

A prossecução da linha editorial é sinalizada no número seguinte. Maria da Luz Sequeira elogia o facto de, ao longo de sete anos, o seu antecessor ter conseguido erguer o tal «edifício de comunicação aberta», em que os colegas farmacêuticos eram incentivados a entrar. Consciente de que fazer jus a tamanho legado é respeitá-lo, manifesta-se disponível para «alterar sem adular».

«Tentei abrir um pouco para o exterior, porque na época a revista era muito dirigida ao sector», recorda, quando questionada acerca das mudanças que, progressivamente, foi introduzindo. Tratava-se de encontrar fórmulas de «despertar a curiosidade, junto de quem tinha intervenção directa ou indirecta no sector e, até, do poder



político, como a Assembleia da República, através de outros motivos de interesse».

Nessa mesma edição é publicada uma entrevista com Adalberto Campos Fernandes, então professor da Escola Nacional de Saúde Pública. O actual ministro da Saúde, longe de imaginar que um dia desempenharia tais funções, traça as linhas de rumo para o sector farmacêutico, correspondendo, no essencial, à estratégia gizada pela ANF: «O futuro passa por novos papéis e nova remuneração». Fundamental, salienta, é que as farmácias prestem serviços «com segurança e amenidade».

A problemática da remuneração das farmácias, enquanto factor decisivo de devolução de sustentabilidade económica ao sector, torna-se quase omnipresente na revista. Maria da Luz Sequeira confirma essa percepção: «Chegou-se à conclusão de que trabalhar à

No n.º 223, de 2017, saem reportagens nas farmácias atingidas pela vaga de incêndios no centro do país, que rapidamente se reergueram



percentagem obrigava a perspectivar outro tipo de remuneração, que envolvesse o pagamento do acto farmacêutico. Era preciso insistir nessa questão».

Em pleno período de intervenção externa, sob a égide da chamada Troika, as farmácias cerram fileiras para enfrentarem a crise. O n.º 200 da revista, de finais de 2012, é dominado pela iniciativa “Farmácia de Luto”. O descontentamento dos farmacêuticos anda à flor da pele e a ANF transforma-o em força aglutinadora. Porque é preciso sensibilizar a opinião pública, explicando em que medida a grave situação económico-financeira das farmácias afecta toda a população. A reportagem, que associa «as palavras que não se calam e o silêncio que tudo diz», dá conta do maior encontro de sempre do sector em Portugal. Mais de seis mil profissionais participam, no Campo Pequeno, em Lisboa, na “Assembleia Magna da Farmácia”, amplificando o protesto.

Recém-eleito para a presidência da Associação, Paulo Cleto Duarte anuncia no n.º 202, de Abril-Junho de 2013, a abertura de um novo ciclo. Em entrevista, esclarece que configura «um novo contrato social entre as farmácias e

o Estado». Que começará a ser materializado no 11.º Congresso Nacional das Farmácias, no ano seguinte, e ganha solidez através da assinatura do acordo entre a ANF e o Ministério da Saúde, então liderado por Paulo Macedo, que naturalmente a Farmácia Portuguesa desenvolve nas suas páginas.

“AS PALAVRAS QUE
NÃO SE CALAM E
O SILÊNCIO QUE TUDO DIZ”:
TÍTULO DA REPORTAGEM
SOBRE A INICIATIVA
“FARMÁCIA DE LUTO”

Numa Assembleia Geral de Delegados realizada em 2014, João Silveira, presidente da Assembleia Geral, salienta o facto e, em diversas regiões do país, sobretudo no Interior, muitas farmácias colmataram a ausência de serviços públicos, que vão encerrando. «Aí é que surge o alerta. Percebemos que era preciso dar visibilidade às farmácias reais – a rubrica até tem esse nome – valorizando a proximidade da rede de farmácias em relação à população», afirma Carlos Enes, hoje director-adjunto responsável pela área editorial.

O n.º 207, de 2014, é tanto mais marcante na história da revista quanto é certo que assinala uma alteração de linha editorial. A abordagem adquire um perfil mais jornalístico, quase como uma *news magazine* generalista, pese embora a sua filiação associativa. A rubrica “Farmacêutico convida”, que nasce nessa edição, demonstra-o à saciedade, ao proporcionar uma viagem pelo Douro, tendo como guia José Barata, proprietário de uma farmácia em Santa Marta de Penaguião.

Mais importante, porém, é a nova filosofia temática: a Farmácia Portuguesa centra-se nas farmácias e nos farmacêuticos. Maria da Luz Sequeira explica, em editorial, o que se pretende. «Os conteúdos mantêm o espírito institucional da publicação, mas mudámos de foco. Perguntámo-nos de que era feita a alma da ANF e, sem nenhuma distorção, vemos os seus associados na resposta». A ideia era «perceber, nos discursos directos, a matéria dos números e a crueza das estatísticas». A mudança coincidiu com a entrada de Carlos Enes para a Comunicação da ANF, explica hoje. «Envolver mais os farmacêuticos na revista» foi um objectivo assumido. Porém, «enquanto fui directora, manteve sempre um cariz predominantemente profissional».

Nessa edição, a primeira elaborada, sob orientação da directora, pelo Departamento de Comunicação,

PAULO CLETO DUARTE PRESIDENTE DA ANF ANUNCIA EM 2013 «NOVO CONTRATO SOCIAL» ENTRE FARMÁCIAS E ESTADO

Pedro Loureiro





é também inaugurada a rubrica “Farmácias reais”. A reportagem “Os resistentes” toma o pulso às farmácias, dá expressão aos seus anseios, torna-as efectivas protagonistas, nos mais recônditos lugares do país. De pleno direito, ocupam grande parte do palco. As três histórias contadas na reportagem servirão de base a um suplemento distribuído com o Correio da Manhã, que inclui estatísticas de serviços públicos consumidos pelo rolo compressor da crise. Fecharam três em cada quatro escolas, 1.330 postos de correio, 763 extensões de centros de saúde... Muitas farmácias permaneceram, abnegada e estoicamente, ao lado das populações isoladas. Mesmo as farmácias mais pequenas, sempre sob a ameaça de que o tecto lhes caísse em cima.

Trata-se de uma nova estratégia de sensibilização para a grave crise enfrentada pelo sector. Aos relatórios que a diagnosticam, com base na fria enumeração de falências e insolvências, junta-se a impressionante descrição de farmácias concretas, com farmacêuticos e utentes. Algumas são varridas do mapa, outras logram dar a volta por cima, à custa sabe-se lá de que sacrifícios. É imperioso dar a conhecer essa realidade. «A base da comunicação é sempre a verdade, mas com dois braços –

REPORTAGEM “OS RESISTENTES” TOMA O PULSO ÀS FARMÁCIAS, DÁ EXPRESSÃO AOS SEUS ANSEIOS, TORNA-AS EFECTIVAS PROTAGONISTAS

o científico, assente em estudos universitários, por exemplo; e a situação de pessoas reais», diz Carlos Enes.

Nos números seguintes, emergem testemunhos na primeira pessoa. Dando voz a farmacêuticos que trabalham em bairros problemáticos das cidades ou em aldeias perdidas do Interior despovoado. E recolhendo testemunhos de toxicodependentes que, muitos anos depois do programa

Tiago Machado



DUARTE SANTOS: APOSTA É «TORNAR A REVISTA PERTINENTE PARA OS QUE A LÊEM»

original de troca de seringas, contam como escaparam à droga (e à morte) graças à disponibilidade das farmácias para lhes prestarem assistência.

Os repórteres da Farmácia Portuguesa deparam-se, no terreno, com situações difíceis, mas também com histórias extraordinárias. Um Portugal desconhecido onde vivem farmacêuticos que lêem cartas a idosos analfabetos. A dimensão privada de Amália Rodrigues, cliente habitual de uma farmácia onde comprava medicamentos e levava flores. A biografia de figuras marcantes, como João Almiro. Quase aos 90 anos, o farmacêutico de Campo de Besteiros, no concelho de Tondela, apresentado como “Pai herói” no n.º 210, de 2015, continuava empenhado em ajudar jovens a livrarem-se do crime, no centro de acolhimento que fundou. Em entrevista, oferecia a mais singela das receitas: «Aprendam a amar».

Na revista, é também perceptível um renovado esforço de acompanhamento da actualidade, para colocar as farmácias no lugar que devem ocupar – o serviço à população, potenciado pela rede capilar que as dispersa pelo território. No n.º 223, de 2017, saem reportagens nas farmácias atingidas pela vaga de incêndios no centro do país, que rapidamente se reergueram.

A valorização das farmácias adquire mesmo expressão gráfica. A capa do n.º 211, de meados de 2015, é especial. Concebida por Cristina Massena, inspira-se no conceito de ‘rede humana’ que a artista também desenvolveu na capa do livro “Uma História das Farmácias”. A obra, evocativa dos 40 anos de história da ANF, tem naquela edição honras de pré-publicação.

Em 2016, Duarte Santos assume funções de director, numa perspectiva de continuidade. Na edição n.º 215, distribuída a seguir ao 12.º Congresso das Farmácias, assegura que o evento «não foi feito para ser conjugado no passado». A Farmácia Portuguesa também se afirmou nesse número como sendo avessa a fórmulas do passado. Fugiu sem hesitações ao estereótipo da reprodução passiva de intervenções e, até, de reportagens que as incorporassem. Extraiu do congresso o lema – inovar – e multiplicou-o pelas diversas dimensões – o acesso ao medicamento, a saúde pública, o atendimento, as tecnologias, etc. A palavra-chave estendeu-se por 72 páginas, percorrendo todas as sessões. Eis um bom exemplo da missão definida pelo director: «É nossa responsabilidade tornar a revista pertinente para todos os que a lêem – as farmácias e os restantes *stakeholders* a quem chegamos». ❖❖





ADALBERTO CAMPOS FERNANDES

FUTURO PASSA POR NOVOS PAPÉIS E NOVA REMUNERAÇÃO



A visão do professor auxiliar da Escola Nacional de Saúde Pública sobre a evolução e o momento presente do sector das farmácias.

Adalberto Campos Fernandes diz reconhecer no sector das farmácias, tal como julga acontecer com a generalidade das pessoas, um dos pilares fundamentais do sistema de saúde e, mais do que isso, «um dos pilares da Saúde Pública em Portugal».

As razões principais são duas. Primeiro, a proximidade, o estar junto das pessoas, estar no bairro, na comunidade, conhecer os problemas de natureza social, para além dos problemas de saúde. «Do ponto de vista da sua inserção no tecido social e no sistema de saúde, as farmácias têm sido prestadoras de cuidados, agentes na divulgação de informação e promotoras da saúde, mediadoras e muitas vezes reguladoras do acesso dos cidadãos ao sistema». Depois, a capilaridade, «porque as farmácias foram, em certo sentido, precursoras na construção de uma verdadeira rede de cuidados de saúde no país».

COOPERATIVO VS. COMPETITIVO

Para o professor da Escola Nacional de Saúde Pública, poucos sectores da Saúde em Portugal evoluíram tanto e tão depressa no sentido de prestar um serviço «que é, manifestamente, de qualidade, com segurança e amenidade. Há 30 anos, a farmácia, no essencial, vendia medicamentos. Hoje constitui uma zona de prestação de serviços com impacto na melhoria da saúde da população e cujo contributo poderia ser ampliado e desenvolvido».

Mas primeiro é preciso que as profissões encarem o sistema de saúde «como um sistema cooperativo e não competitivo». O conhecimento progride. Os papéis, os atributos e as responsabilidades também vão mudando. Hoje é possível que determinados profissionais façam coisas para as quais não estariam capacitados há 20 anos, mas tal só se traduzirá em ganho efectivo se as profissões cooperarem, defende.

A INDEPENDÊNCIA DO PREÇO

Este redesenhar de perfil e de novas responsabilidades é ainda mais crítico para o sector no momento actual. «Ao que julgo saber, as farmácias estão a passar por uma fase particularmente difícil da sua existência, pelo que precisam de encontrar novos papéis no serviço aos cidadãos e às comunidades, prestando

É PRECISO QUE AS PROFISSÕES ENCAREM O SISTEMA DE SAÚDE COMO «COOPERATIVO E NÃO COMPETITIVO»

novos serviços e reduzindo a excessiva dependência tradicional do valor do medicamento».

Adalberto Campos Fernandes não esconde que vê «com grande preocupação» a evolução de um sector que era bastante dinâmico e «mesmo poderoso do ponto de vista económico», para uma situação oposta, em que parecem emergir grandes dificuldades. «Isto não é positivo para o país. O sector das farmácias, para além da sua relevância económica e fiscal, representa uma importante área na geração de emprego qualificado». Por outro lado, considera que o agravamento da situação compromete, sobretudo, «o serviço prestado às populações mais desfavorecidas, que vivem no Interior ou em zonas onde muitas vezes não têm outro recurso de saúde».

A remuneração feita com base no acto farmacêutico pode ser uma solução. Aliás, «parece-me que é uma evolução natural. Não digo que o seja totalmente, pode haver uma combinação de efeitos entre a componente margem variável e a componente fixa, mas uma das formas de estabilizar o sector e de evitar que os seus níveis de rentabilidade crítica e a sua sobrevivência sejam atingidos é encontrar um ponto de equilíbrio. Creio que é algo inevitável, face à tendência que se avizinha, em que o preço médio dos medicamentos virá a ser cada vez mais reduzido».

Contudo, apesar da severidade da crise, Adalberto não descarta as oportunidades de ajustamento e de recomposição do sector. «Devemos ter esse espírito de abertura, porque ele é indispensável à criação de condições de estabilidade e de desenvolvimento do próprio sistema de saúde no seu conjunto. Agora, se me perguntar, em termos muito simples, se eu acho que em Portugal o problema fundamental do sistema de saúde é o funcionamento das farmácias, naquilo que é o seu desempenho na relação com o utente, acho que é provavelmente o último dos problemas». ❧

OS RESISTENTES

Fecham escolas, tribunais, centros de saúde, postos de correio. O Estado retira-se aos poucos das pequenas aldeias do Interior. Mas ainda lá vivem portugueses de mão-cheia e coração extraordinário. Fazem amizades para a vida com os seus farmacêuticos. Uma reportagem nas farmácias ameaçadas pela austeridade, que o povo tenta segurar às terras que ainda não foram abandonadas.



Para servir sete aldeias, a farmácia de Sílvia Bentes vai às casas de Vespa branquinha

ALDEIA DAS PIAS

FARMÁCIA SANTIAGO MAIOR

UMA VESPA CONTRA A AUSTERIDADE

A aldeia, branca, não é maior do que um presépio. Duas mãos-cheias de casinhas caiadas, agarradas ao chão por rodapés vermelhos, amarelos e azuis. Tirando a Casa do Povo, onde funciona uma extensão do centro de saúde do Alandroal, com uma médica de Badajoz, não há serviços públicos. A farmácia encontra-se logo. «Está feita à minha medida», explica Sílvia Bentes, a farmacêutica proprietária. Pôde dar asas ao sonho porque o projecto é do cunhado Ricardo Bentes, arquitecto. A farmácia está na Aldeia das Pias, mas ficava bem na lisboeta Avenida da Igreja.

Sílvia Bentes concorreu em 2005 a um concurso lançado pelo INFARMED. Só em 2009 recebeu a notícia de que tinha ganho um alvará para se estabelecer em Santiago Maior, Alandroal. O projecto era servir a população de 2.205 habitantes (INE, 2011) das aldeias dos Marmelos, das Pias, da Venda, Orvalhos, Cabeça de Carneiro, Seixo e Casas Novas de Mares. A maioria da população tem mais de 60 anos, os jovens fugiram quase todos. A farmácia teve de trocar um stock de preservativos por aparelhos para medir a tensão. «Aqui não estamos no meio rural, estamos no meio ultrarural», descreve.

A farmacêutica vivia e continua a viver em Serpa. A diferença é que, antes, trabalhava a um minuto de casa. Agora, a cada dia de trabalho percorre quase 200 quilómetros: 95 para cada lado. Sílvia Bentes tem seis filhos. Quem assim desafia a mediana estatística da natalidade em Portugal, poderia ter medo de viajar mais do que toda a gente para trabalhar? Sílvia Bentes ganhou aquela firmeza tranquila só ao alcance das mãos de seis filhos, mas não é a supermulher dos desenhos animados. Quando lhe saiu o alvará, fez «milhares» de contas de cabeça e perdeu horas de sono. Como viabilizar uma farmácia rural, num dos concelhos mais pobres de Portugal? Encerra o assunto com um brilhozinho nos olhos: «Pensei: porque não?».

«Abrimos em Julho de 2010 e ainda não chegámos

ao zero», revela. O rosário de medidas de austeridade ultrapassou várias vezes a capacidade de reposta de um mercado de sete aldeias, cada vez mais desabitadas, do Alentejo. «Cada vez que tento vir à tona há sempre más novidades», lamenta a jovem proprietária.

Estudou seis anos Ciências Farmacêuticas, mas agora tem de praticar gestão de sobrevivência. Para tentar fugir ao vermelho, a pequena empresa aderiu a um grupo de compras, porque do lado das vendas «não há muito por onde crescer». Ainda tentou aplicar algum *cross-selling*, mas a estratégia não funciona neste Alentejo. O que sai são essencialmente medicamentos, este povo só tem para o pão de cada dia e sofre para aviar as receitas. «Há dias apanhámos uma grávida na farmácia e fizemos uma festa. Por aqui, uma grávida é um grande acontecimento».

Para além dos medicamentos receitados, de vez em quando o que se vende é um andarilho ou uma bengala. Os serviços revelaram-se a outra saída para afastar o espectro da falência. Aqui fazem muita falta. O centro de saúde fica a 30 quilómetros e a maioria da população anda a pé.

As sete aldeias servidas pela Farmácia Santiago Maior parecem ter sido semeadas em lonjura. «Como as pessoas não têm meios para se deslocar, vamos ter com elas a casa», conta Sílvia Bentes.

O resultado é lindo de se ver pelos caminhos estreitos do Alentejo. A farmácia vai às casas de Vespa branquinha. Nos dias de consulta, a viagem é para recolher as receitas, no dia seguinte para entregar os medicamentos. «Não sei se compensa o custo da gasolina. Mas não podemos viver só disso. Não há nada que pague o reconhecimento da população», afirma Sílvia Bentes, com as palavras a saírem-lhe do coração. Quando podem, as pessoas vão a médicos de Évora ou Estremoz, mas aviam as receitas na sua farmácia. «Fazem o que podem para que não tenhamos de fechar as portas». O isolamento não é desculpa. «As pessoas valorizam-nos muito, são muito orgulhosas da sua farmácia».



Visions for a greener tomorrow



reddot design award

O PRIMEIRO CHAMPÔ QUE SE TRANSFORMA NUMA *árvore!*

NATURAL & PURE
Green Haircare

O'Right representa a cultura verde taiwanesa, um estilo de vida natural que se expressa através de ideais e rituais para uma interação harmoniosa entre o cuidado capilar, a sociedade e o meio ambiente.

8 Free

Sem hormonas ambientais | Sem parabenos | Sem formaldeídos
Sem corantes | Sem ftalatos | Sem sulfatos surfactantes
Sem aditivos firmantes, DEA | Sem EO

MATERIAIS **100% BIODEGRADÁVEIS**



Portuguese Beauty Market
PBM

Portuguese Beauty Market Lda. | Rua Manuel Assunção Falcão Arm. 5, 4475-041 Avioso Santa Maria - Maia
pbm@pbm.com.pt | Nr. Verde: 800 915 057

f o @ orightportugal
www.oright.com.tw

CAMPO DE JALES FARMÁCIA JALES

A FARMÁCIA QUE NINGUÉM QUERIA

A Farmácia Jales não tem exactamente porta de entrada, mas uma parede de vidro a rasgar o granito, que enche o interior com a luz do Sol. Em 2004, Marília Carvalho, a farmacêutica proprietária, fez questão de que fosse construída assim: ampla, a pensar no futuro e em todas as transformações que sonhou para a profissão.

Queria ficar para a vida. Dez anos depois, quer ainda mais. «Há mais tempo aqui», resume, para quem não sabe quanto vale a liberdade sobre o relógio de pulso.

Marília conhece o carácter transmontano como a palma das mãos. As pessoas «são mais cordiais e afáveis». Claro que não nadam em dinheiro, muitas passam necessidades. A escolaridade média é baixa e o analfabetismo ainda muito comum. «Mas, sabe uma coisa? As pessoas podem não saber assinar as receitas, mas são sérias e honram os seus compromissos». Aqui é mais seguro dar crédito aos clientes. No dia em que levantam a pensão ou recebem o ordenado aparecem a pagar, reconhecidos por terem podido tratar-se a tempo, ciosos do seu bom-nome e da relação de confiança.

Ganhou o alvará num concurso nacional com apenas um ponto. À alegria seguiu-se de imediato

um cortejo de fantasmas. Muitos a alertaram «para a natureza inóspita do local». Recomendaram-lhe prudência no investimento, aconselharam-na a pensar muito bem se queria mesmo meter-se nele. Marília Carvalho passou por cima, sentiu a força inabalável do seu destino. Iria poder realizar o sonho que a manteve seis anos de juventude agarrada aos livros na Faculdade de Farmácia de Coimbra. A sua comunidade seria Campo de Jales e as aldeias à volta? Tanto melhor. «Não me importei e hoje importo-me menos ainda», afirma. Sente-se ela própria honrada ao serviço do tal povo que honra os compromissos.

Os fantasmas não eram de todo desprovidos de sentido. Os problemas inesperados começaram logo no início. Tentou contratar outro farmacêutico e, durante anos, não conseguiu. Quando abriu a parede de vidro, ficou presa à farmácia. «Estive oito meses sozinha», recorda. «A minha sorte é que, na altura, ainda era possível fazer o registo de prática a uma colaboradora, a Lena, porque também não consegui trazer para cá um técnico formado». A crise alterou o mercado de trabalho. Hoje recebe currículos, mas tem de dizer que não. «A equipa está estabilizada e a funcionar muito bem. Os custos de contratar um farmacêutico-adjunto, nesta altura, seriam incontroláveis».



Quando abriu a parede de vidro, Marília Carvalho ficou presa à farmácia



LORIGA FARMÁCIA POPULAR

DESISTIR: UM APELO DIÁRIO

Há 14 anos, Paula Alexandra Rodrigues e Paula Cristina Oliveira, duas jovens de Viseu recém-licenciadas, aceitaram subir à Serra da Estrela. A etapa de montanha era de 64 quilómetros, rumo à vila de Loriga, de 1.503 habitantes (INE, 2011). Eram jovens, virava o milénio, o euro e as baixas taxas de juro incentivavam o risco. Todas as noites, na televisão, políticos e economistas prognosticavam sucesso aos bons profissionais. Elas só precisavam de acreditar em si próprias.

Paula Alexandra e Paula Cristina sentiram-se fortes para puxar, na roda uma da outra, e trepar sonho acima. Tudo o que pôs à prova o profissionalismo da equipa correu bem. Abriram as portas a clientes, hoje têm uma legião de amigos. A Farmácia Popular transformou-se num ponto de encontro. É cada vez mais um serviço e menos uma loja de medicamentos. Um serviço de saúde, mas também social, de convívio, quase como um café ou um salão de chá. «Aqui não se entra e sai da farmácia. Fica-se à conversa. Conhecemo-nos pelo nome. Partilhamos histórias de vida». Os laços, numa terra tão pequena, são como as ruas, mais estreitos.

Só que os últimos anos foram de nevoeiros e tempestades, todos os dias a sentirem-se empurradas estrada abaixo. A austeridade, anos a fio, sem

intervalos, deixou a farmácia em estado de coma. Paula Alexandra e Paula Cristina confessam que abrem o computador «a medo». Foram demasiados os dias em que receberam más notícias – mais um corte nas margens, acusações ofensivas de um e outro político, notícias de insolvências, penhoras, falhas no acesso aos medicamentos. Há alturas na vida em que desistir, fechar as portas com um jantar de despedida, é a solução mais confortável.

Acontece que Paula Alexandra e Paula Cristina ganharam raízes à terra, às pessoas e aos seus problemas, ao clima da montanha. «Não nos vemos a trabalhar num grande centro. Apesar das dificuldades, gostamos mesmo disto», diz uma – e a outra acena afirmativamente com um sorriso conformado. Para manterem a farmácia, cortaram nos próprios salários e acordaram trabalhar ambas mais horas ao balcão de atendimento. Precisaram de pedir «paciência à família», a quem roubaram atenção e horas de vida.

As duas sócias tentam não despedir ninguém, mas põem de parte os projectos para alargar os quadros. «Tão cedo não conseguiremos contratar ninguém, o futuro continua a ser uma incógnita». A farmácia está em risco. «Estamos a dar tudo por tudo para continuar aqui, mas não sabemos mesmo se vamos conseguir». ❖❖

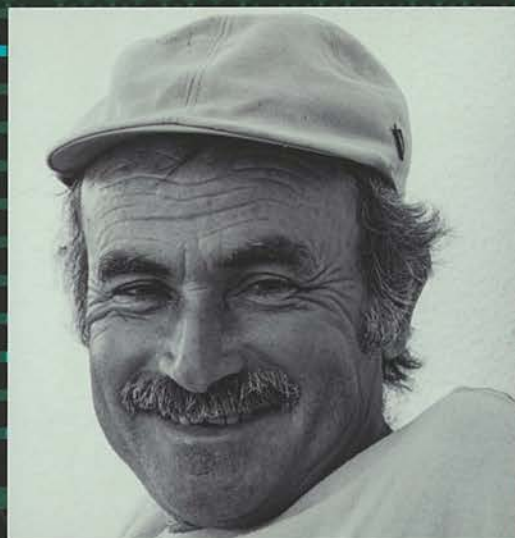
Paula Alexandra e Paula Cristina sentiram-se fortes para trepar sonho acima



FARMÁCIA PORTUGUESA



PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL • 211 • JULHO | AGOSTO | SETEMBRO • 2015



REDE SOLIDÁRIA

Farmácias lançam participações sociais



FARM



SEXY AOS 40

TEXTO: SANDRA COSTA
FOTOGRAFIA: PEDRO LOUREIRO

A receita actualmente usada pela Farmácia Portuguesa resulta da crescente profissionalização dos seus recursos. «Temos soluções e profissionais experientes e altamente competentes na paginação, fotografia e redacção dos conteúdos», diz Carlos Enes, director-adjunto – editorial da revista. «Temos uma equipa extraordinária, bastante madura, que continua a surpreender-me e a superar-se a cada número», confirma o director, Duarte Santos. «O papel do director é de grande responsabilidade, mas é muito reconfortante o suporte dado pela equipa».

Existe clara consciência de que a revista concorre com milhares de outros conteúdos, nacionais e internacionais, pelo que tem de distinguir-se, transmitindo aos leitores boa energia. Através da qualidade dos conteúdos, mostrando o que existe de positivo, sem fugir aos problemas que afectam as farmácias, a saúde e o país. E através do aspecto estético, considerado fundamental, porque antes de ser lida a revista funciona como um objecto cultural, que é visto e sentido. «As revistas, como as farmácias, têm montras. Não basta o produto ser muito bom, a montra tem de ser capaz de captar a atenção», explica Carlos Enes. «Sabendo isso, procuramos ser um objecto esteticamente belo, gosto até de dizer sexy, feito com profissionalismo».

O cuidado estético começa nas capas, que são a primeira oportunidade para causar boa impressão. As capas vivem da imagem, seja ela fotografia ou ilustração, um recurso muito utilizado, a que se junta uma manchete que lança o tema de cada edição. A manchete funciona quase como um criptograma, uma chave para as três chamadas de capa, que desvendam os assuntos principais. Nas palavras do director-adjunto, o jogo de títulos e chamadas é «uma espécie de piscar de olho à estética, sensibilidade, inteligência e até ao bom humor dos leitores».

A imagem predomina no interior da revista, com frequentes fotografias de página dupla. O efeito final resulta de um trabalho rigoroso de coordenação. Por outras palavras, «as imagens não acontecem por acaso», garante o editor de fotografia. Pedro Loureiro acompanha todo o processo, desde o planeamento dos temas, em conjunto com Carlos Enes, à distribuição dos trabalhos pelos fotógrafos que colaboram com a revista. «Há fotógrafos que trabalham melhor reportagem, outros que são melhores em retrato, outros que preferem a reprodução de fotografias de memória», explica.

Há o cuidado de realizar as sessões fotográficas em espaços adequados a cada entrevistado e, por vezes, justifica-se fotografar em estúdio, onde existem todas as

condições técnicas. Pedro Loureiro faz a edição final das imagens de cada fotógrafo e acompanha o trabalho de paginação, para garantir o equilíbrio estrutural da parte imagética, não só em cada artigo mas também na revista como um todo.

O projecto gráfico da Farmácia Portuguesa, impressa em papel mate, proveniente de florestas geridas de forma sustentável, é da responsabilidade da empresa Ideias com Peso. As soluções gráficas, sejam elas fotografias, ilustrações ou infografias, são usadas para facilitar a leitura, mesmo nos temas mais densos. «Procuramos dar leveza à revista, por via da ergonomia do funcionamento gráfico», confirma Luís Alegre, director de arte do projecto. «A grande virtude da revista é que qualquer público encontra conteúdo sedutor e o design é um facilitador, fazendo com que a revista não seja nem demasiado elitista, nem demasiado popular».

Quarenta anos após o primeiro número, a Farmácia Portuguesa continua a apostar no papel, aparentemente em contraciclo com a tendência crescente de valorização do digital. O director-adjunto explica a opção: «Diferenciamo-nos mantendo o papel, e tratando-o com muito carinho e dignidade, ao fazer um produto cuidado da primeira à última linha. O papel permite um conforto e uma portabilidade diferentes do online».

Em paralelo, a revista usufrui das enormes vantagens proporcionadas pelo online, aproveitando o melhor dos dois mundos: o online permite desenvolver os conteúdos sem limitação de espaço, no papel mantém-se o equilíbrio entre texto e imagem. A comunicação entre os dois suportes é contínua, chamando-se no papel a atenção para o prolongamento de conteúdos no online e vice-versa. O online permite ainda a incorporação da linguagem audiovisual, com imagens concretas das pessoas e locais que chegam, de forma instantânea, a todo o mundo.

A Farmácia Portuguesa é um elo importante de ligação entre a ANF e os associados, mas não o único. A ANF dispõe de vários instrumentos, nomeadamente digitais, para comunicar com os associados, deixando espaço à revista para chegar a outros públicos, como directores de hospitais, de unidades de saúde familiar, de instituições públicas e privadas do Serviço Nacional de Saúde. Fora do mundo da saúde, a revista é enviada, por correio, a líderes de opinião, deputados e decisores políticos, bem como à rede de bibliotecas.

É a pensar nesse leque variado de públicos que os conteúdos editoriais são definidos. Têm de ser interessantes e relevantes, actuais e expostos da forma certa,

40

ANOS APÓS O PRIMEIRO NÚMERO, A REVISTA CONTINUA A APOSTAR NO PAPEL

para que a mensagem seja compreendida por todos, pertençam ou não ao universo da farmácia. «A revista é um rosto das farmácias no dia-a-dia. Queremos que fique claro o papel extraordinário que fazem pelo país no apoio aos cidadãos», acrescenta Duarte Santos.

Os conteúdos, planeados com antecipação, procuram integrar as actualizações do sector, nomeadamente as alterações legislativas e regulamentares, os eventos e acontecimentos importantes. O planeamento editorial é feito entre o director e o director-adjunto, mantendo abertura para sugestões por parte dos responsáveis dos departamentos da ANF, dos actuais e anteriores dirigentes e dos colaboradores da casa. O plano editorial é objecto de discussão nas reuniões de *steering* com a Direcção da ANF.

Cabe a Duarte Santos, que assumiu o cargo de director da revista há cerca de dois anos, garantir o alinhamento entre os conteúdos da revista e a estratégia da ANF e das farmácias, além de escrever o editorial, que pretende ser «uma resenha da edição e um convite à leitura acompanhada da revista». O director segue a par e passo o processo de produção e de revisão final, ajudando a validar os conteúdos, contribuindo com o seu conhecimento farmacêutico. Nos temas mais complexos, a revista socorre-se do apoio de departamentos técnicos, como o Centro de Estudos e Avaliação em Saúde (CEFAR), o Centro de Informação do Medicamento (CEDIME) ou o Departamento de Serviços Farmacêuticos. ■■



AS VÁRIAS ETAPAS

A produção da revista Farmácia Portuguesa é feita por um conjunto de profissionais de diferentes áreas. Os conteúdos emanam da redacção, que é parte integrante do Departamento de Comunicação da ANF. Os serviços de fotografia, vídeo e design gráfico são subcontratados a profissionais externos, das respectivas áreas. Depois da montagem, a revista é impressa e segue, por correio, para cerca de 5.000 destinatários.



«A Farmácia Portuguesa está hoje num estádio que muito nos orgulha. A revista é lida por cada vez mais pessoas, o que traduz o reconhecimento do seu papel mas, acima de tudo, o reconhecimento das próprias farmácias».

DUARTE SANTOS,
DIRECTOR

«Em termos de design, a revista apresenta uma linguagem contemporânea e simultaneamente clássica, uma forte aposta na imagem e na sua relação com o texto, para tornar os conteúdos mais sedutores».

LUÍS ALEGRE,
DIRECTOR DE ARTE

«Esta é uma revista para um público culto e diferenciado. O nosso desafio é surpreender em cada número. Temos de causar uma boa primeira impressão na capa... E depois não desiludir quem mergulha na leitura».

CARLOS ENES,
DIRECTOR-ADJUNTO - EDITORIAL

«É uma revista muito bem conseguida. Para mim, está entre as cinco melhores actualmente publicadas em Portugal, do ponto de vista jornalístico, gráfico, da ilustração e da fotografia».

PEDRO LOUREIRO,
EDITOR DE FOTOGRAFIA

PARA CÁ E PARA LÁ DO BALCÃO

Os conteúdos da Farmácia Portuguesa espelham a realidade da rede de farmácias, os projectos associativos e as principais inovações do sector, mas não só. Nas páginas da revista corre informação sobre o ecossistema da saúde, com destaque para temas como as unidades de saúde familiar ou o trabalho de outros profissionais de saúde.

O coração da revista é a rubrica “Farmácias reais”, que abre quase todas as edições, dando palco às farmácias espalhadas pelo país, das aldeias recônditas de Trás-os-Montes às ilhas dos Açores. Contam-se histórias da inovação tecnológica que vai chegando a todas as farmácias, mas sobretudo histórias humanas que ilustram a cumplicidade entre profissionais da farmácia e população local. Histórias de como as farmácias auxiliaram as pessoas afectadas pelos incêndios de 2017 ou de como se mantêm firmes nas povoações abandonadas pelos restantes serviços de saúde.

Na rubrica “Agenda para a Saúde”, a notícia é a actualidade política na área da saúde em geral, por exemplo,

publicando os resultados de estudos produzidos por universidades e institutos públicos e privados, que revelam tendências, boas práticas e recomendações na área da saúde.

O objectivo da rubrica “Intervenção profissional” é mostrar as competências técnicas e intervenções em saúde do farmacêutico, abordando temas como o aconselhamento

EM CADA EDIÇÃO,
HÁ UMA ENTREVISTA
COM UMA PERSONALIDADE,
EM REGRA EXTERIOR AO
MUNDO DA FARMÁCIA

diferenciado, a comunicação com os médicos, o trabalho com os doentes ostomizados, ou projectos concretos como o MED180°, de segurança na dispensa e toma de medicamentos, ou o SAFE – Serviço Nacional de Assistência Farmacêutica, cujo piloto foi implementado em Bragança.

Em todas as edições, a Farmácia Portuguesa destaca o pilar cultural da ANF, publicando artigos que partem das peças do Museu da Farmácia para criar histórias interessantes e esteticamente atractivas. São também notícia as conferências e exposições organizadas pela Área Cultural da Associação. O pilar social está sempre presente, com o acompanhamento dos progressos do Programa Abem, da Associação Dignidade, no apoio medicamentoso à população vulnerável.

O universo da ANF está retratado no “Copiador”, a rubrica de notícias breves, que em duas páginas mostra o dinamismo e diversidade de projectos do sector.

O Elephante, que nasceu no início deste ano, gera histórias pitorescas sobre momentos históricos ou figuras-chave do universo farmacêutico.

Em cada edição, há uma entrevista de fundo com uma personalidade pública, em regra exterior ao mundo da farmácia. Por vezes, são pessoas com pensamento estratégico no sector da saúde, como o falecido António Arnaut, mas a revista também já deu a palavra a Marcelo Rebelo de Sousa, ao padre Vítor Melícias, a José Eduardo Moniz, Ramalho Eanes, Adriano Moreira ou Bernardino Soares.

Também constante é a rubrica “Farmacêutico convida”, que consiste numa visita guiada a uma localidade portuguesa, conduzida por um farmacêutico que dá a conhecer detalhes e curiosidades.

Cada edição termina com um artigo de opinião assinado pelo presidente da ANF, Paulo Cleto Duarte.

Por vezes, a revista inclui um obituário, que regista o desaparecimento de personalidades do universo da saúde. Noutras, apresenta biografias de farmacêuticos septuagenários ou octogenários, alguns ainda em actividade,

partilhando o seu saber e experiência de vida. Esta rubrica, «Farmacêutico com vida», será reforçada no próximo ano. A Farmácia Portuguesa vai «aprofundar o tratamento editorial de alguns temas, com destaque para o farmacêutico, seus conhecimentos e competências profissionais, e o problema económico das farmácias», anuncia o director. «Continuaremos o nosso percurso de melhoria contínua, na melhor tradição das farmácias em Portugal», conclui Duarte Santos. ❖❖

EDIÇÕES DISPONÍVEIS ONLINE

Os últimos 12 anos da Farmácia Portuguesa estão disponíveis no site da Revista Saúde (www.revistasauda.pt). As edições anteriores serão disponibilizadas no próximo ano, no âmbito do projecto Elephante, cujo objectivo é organizar o arquivo histórico da Associação Nacional das Farmácias.

O levantamento bibliográfico e legislativo, bem como de espólios iconográficos e fílmicos, constitui um dos propósitos centrais do Elephante, que neste momento se concentra no tratamento e na sistematização do acervo. No projecto está envolvido o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, que, entre outras acções, produzirá uma monografia sobre a história do Grémio Nacional das Farmácias.

RFP 229
(1978 – 2018)
ESPECIAL 40 ANOS

Director
João Cordeiro

Coordenador editorial
Paulo Martins

Editor de Fotografia
Pedro Loureiro

Ilustrações
Lord Mantraste

Redacção
Carina Machado
Carlos Enes
Irina Fernandes
Maria João Veloso
Maria Jorge Costa
Nuno Esteves
Pedro Veiga
Rita Leça
Sandra Costa
Sónia Balasteiro
Vera Pimenta

Redacção Online
Diana Veiga
Patrícia Fernandes

Arquivo
Manuel Raposo

Secretária de Redacção
Paula Cristina Santos
comunicacao@anf.pt

Responsável de Marketing
Cátia Alexandre

Publicidade
Ana Lúcia Conceição
Cláudia Morgado
Filipa Cabral
Nuno Gomes
comercial@sauda.pt
213 400 706

Direcção de Arte e Paginação
Ideias com Peso
[Maria João Carvalho]

Projecto Editorial
Departamento de Comunicação da ANF

Impressão e acabamento
Lidergraf Sustainable Printing

Depósito Legal n.º 3278/83
Isento de registo na ERC
ao abrigo do artigo 9.º
da Lei de Imprensa n.º 2/99,
de 13 de Janeiro

FARMÁCIA PORTUGUESA
é uma publicação da
Associação Nacional das Farmácias

Os artigos republicados foram objecto de redimensionamento.

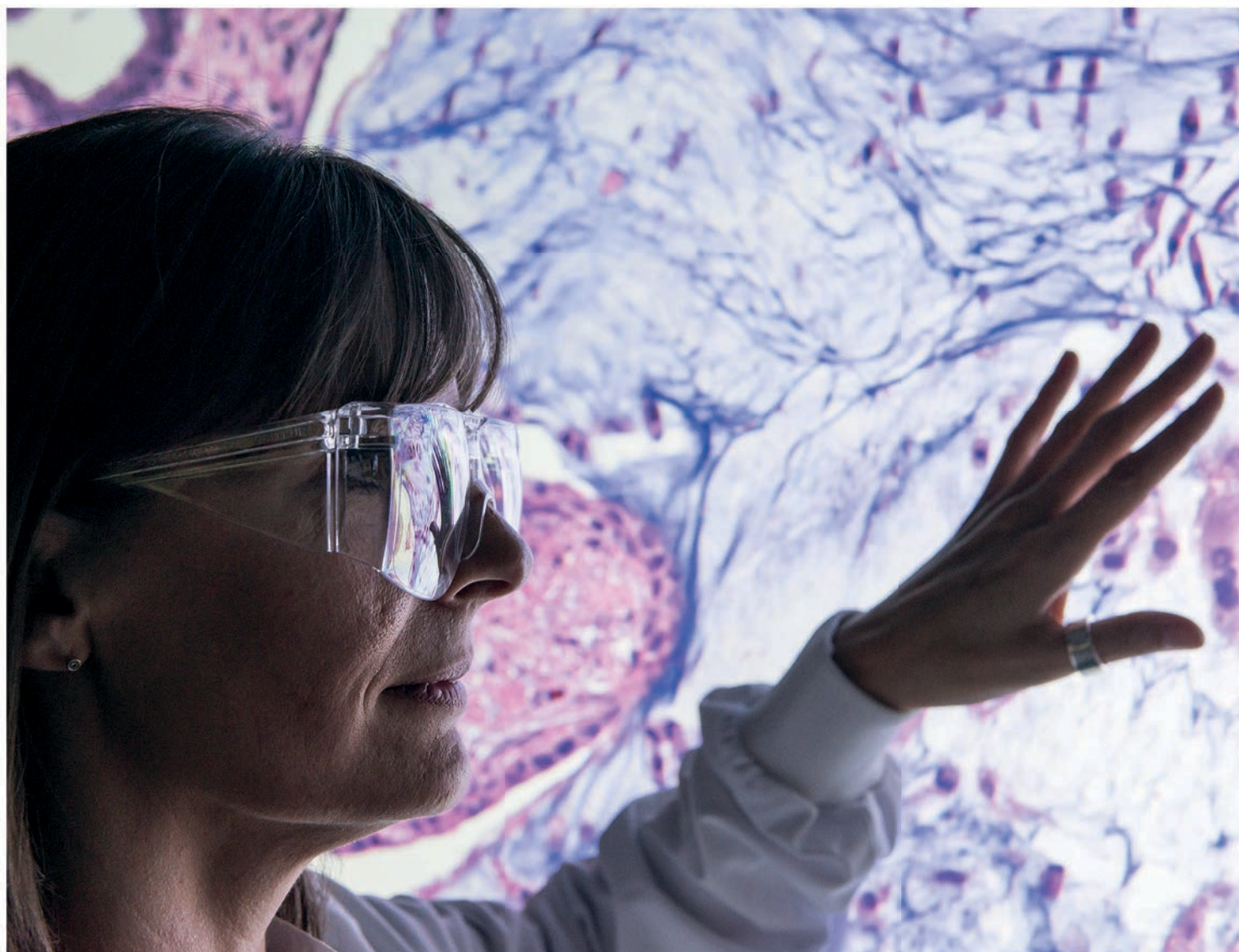
Esta revista é escrita de acordo com a antiga ortografia.

Todos os direitos reservados.

anf
Associação Nacional das Farmácias

What science can do

**Desafiamos os limites da ciência para
desenvolver e disponibilizar medicamentos
que mudam vidas.**

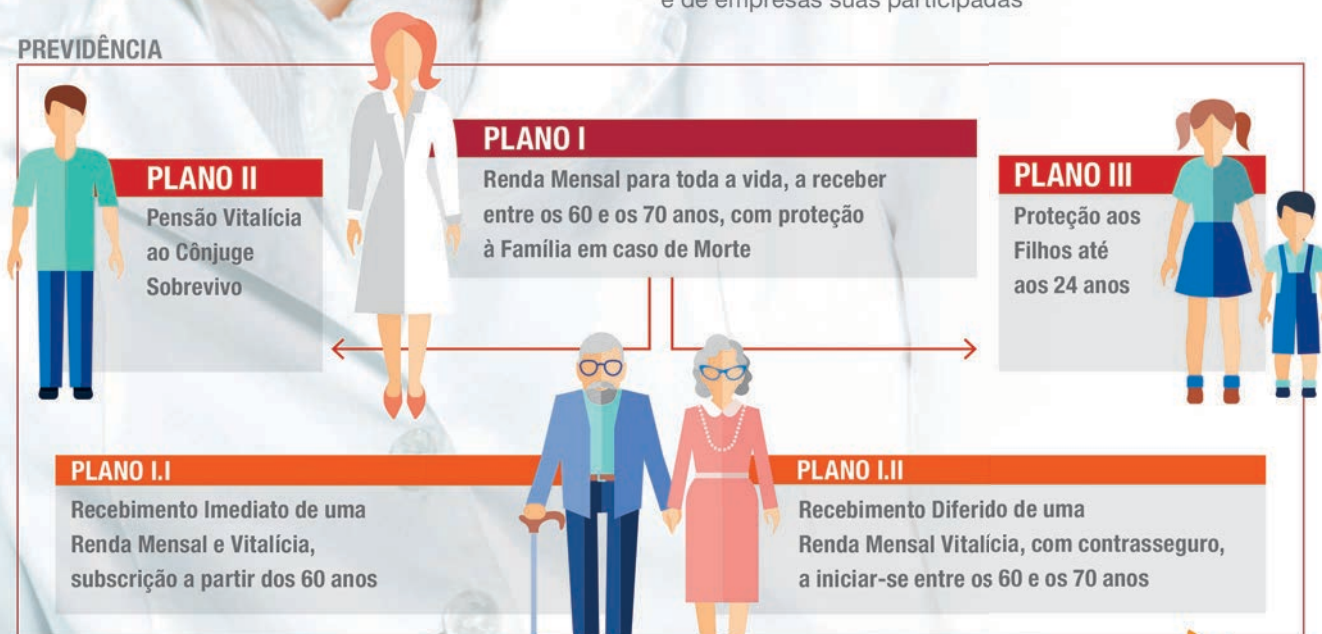


PT-2586 aprovado a 21/03/2018.

ADIRA A UM FUTURO CERTO

- Farmacêuticos
- Proprietários de Farmácia
- Colaboradores de Farmácia
- Ascendentes, Descendentes e Cônjuges dos Associados *e agora*
- Colaboradores de Instituições do Sector Farmacêutico e de empresas suas participadas

PREVIDÊNCIA



POUPANÇA

PLANO V

Mealheiro com seguro de vida, prazos entre os 5 e os 25 anos. A contribuição mensal é calculada em função do "objectivo" a atingir



INVESTIMENTO

PLANO VI

Aplicações a partir dos 100 euros por prazos de 3, 5, 10 e 15 anos



Temos sempre uma solução para si! Contacte-nos.

VANTAGENS ASSOCIADOS MONAF: Rendas vitalícias, benefício fiscal, prazos de subscrição ajustáveis ao perfil do Associado a partir de contribuições mínimas.

VANTAGENS FARMÁCIAS, INSTITUIÇÕES DO SECTOR E DE EMPRESAS SUAS PARTICIPADAS: equiparação fiscal no tratamento dos custos com o Plano I aos custos suportados com as contribuições para os fundos de pensões, beneficiando também os colaboradores.

MONTEPIO NACIONAL DA FARMÁCIA, A.S.M.

Rua Marechal Saldanha, 1 | 1249-069 Lisboa | Telf.: 213 400 690 - 213 400 693

monaf@monaf.pt

